



PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

ESCOLA DE GOVERNO
PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

Belo Horizonte, Julho de 2017

Governo do Estado de Minas Gerais

Fernando Damata Pimentel

Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão

Helvécio Miranda Magalhães Júnior

Fundação João Pinheiro

Roberto do Nascimento Rodrigues

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Diretora-Geral em exercício

Laura da Veiga

Diretora-Adjunta

Laura da Veiga

Coordenadora do Colegiado do Curso de Administração Pública

Maria Isabel Araújo Rodrigues

Subcoordenadora do Colegiado do Curso de Administração Pública

Kamila Pagel de Oliveira

**Coordenadora de Estágio e Atividades Complementares do Curso de
Administração Pública**

Kamila Pagel de Oliveira

Coordenador de Estágio Supervisionado

Sérgio Luiz Felix da Silva

Gerência de Ensino e Pesquisa

Rosânia Rodrigues de Sousa

Gerência de Extensão e Relações Institucionais

Mauro César da Silveira

Gerência de Capacitação e Treinamento

Márcio Luiz do Nascimento

Secretária Geral

Margareth de Lima Santos

Secretária de Registro e Controle Acadêmico

Júlia Mara Perdigão Alves

ÍNDICE

NOME DO CURSO E ÁREA DE CONHECIMENTO	4
JUSTIFICATIVA	5
A ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO.....	6
Trabalhos e Projetos desenvolvidos na Escola de Governo	8
OBJETIVOS DO CURSO.....	10
Benefícios do Curso	11
Público – Alvo	11
Critérios de Seleção	11
Perfil do Egresso.....	13
A CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL	15
CONCEPÇÃO DO PROGRAMA	17
Disciplinas Obrigatórias e Optativas.....	18
Período e Periodicidade.....	20
Carga Horária Total.....	22
Interdisciplinaridade	23
Estágio Extracurricular e Estágio Curricular Supervisionado	24
Trabalho de Conclusão do Curso	26
Atividades Complementares de Graduação.....	27
Atividades de Extensão	27
Atividades de Imersão	31
Intercâmbio Acadêmico.....	34
SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DISCENTE	36
Controle de Frequência	36
SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DOCENTE	37
Novas tecnologias e inovações didático-pedagógicas	38
COORDENAÇÃO	40
BIBLIOTECA MARIA HELENA DE ANDRADE	76
INFRA-ESTRUTURA DA ESCOLA DE GOVERNO.....	80
INDICADORES DE DESEMPENHO	85

NOME DO CURSO E ÁREA DE CONHECIMENTO

Nome do Curso: **Curso de Administração Pública**

Área de Conhecimento CAPES:

Grande Área – “Ciências Sociais Aplicadas”;

Área – “Administração, Ciências Contábeis e Turismo”;

Subárea – “Administração”;

Especialidade – “Administração Pública”.

Forma de Oferta: **Presencial**.

JUSTIFICATIVA

O Curso de Administração Pública – CSAP, ofertado pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, destina-se à formação de profissionais preparados para atuar nas áreas de planejamento e avaliação, administração financeira e orçamentária, contabilidade, modernização da gestão, racionalização de processos, gestão e tecnologia da informação, recursos logísticos, recursos materiais, recursos humanos e administração patrimonial e na formulação, supervisão e avaliação de políticas públicas, constituindo-se em um instrumento fundamental para a modernização do Serviço Público.

Além disso, apresenta um caráter peculiar, na medida em que ao se constituir como uma etapa do Concurso Público, para provimento dos cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, articula a formação de alunos em nível de graduação e seu ingresso em uma Carreira de Estado.

Desta forma, a formação oferecida pela Escola de Governo no CSAP, que se constitui em uma etapa do Concurso Público para provimento de um cargo público efetivo, contribui para a modernização da gestão governamental. Assim, tem-se o importante papel institucional desempenhado por esta Escola de Governo, criada em 1992, como uma diretoria da Fundação João Pinheiro.

A ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

A Escola de Governo, da Fundação João Pinheiro, nasceu e se consolidou como uma IES *sui generis* no cenário acadêmico de Minas Gerais, posto que combina autonomia acadêmica dos seus programas de ensino e pesquisa com subordinação aos objetivos de modernização da gestão pública do Governo do Estado.

Trata-se de uma instituição de ensino superior isolada que oferece cursos de graduação, capacitação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

A oferta do curso de Administração Pública ocorre regularmente desde o primeiro semestre de 1993. Neste ano, excepcionalmente, duas turmas ingressaram no curso, e no período de 1994 a 2003, a cada ano, uma nova turma foi selecionada. A partir de 2004, a Escola de Governo passou a receber duas turmas por ano (uma turma a cada semestre), porém, em 2017, em função do quadro orçamentário e financeiro do Estado de Minas Gerais, houve o retorno do ingresso de uma turma por ano. Em dezembro de 2016 a trigésima primeira turma colou grau.

No ano de 2004, a partir da edição da Lei n.º. 15.352, de 20 de setembro de 2004, a Escola de Governo, da Fundação João Pinheiro, criada pela Lei n.º. 10.961, de 14 de dezembro de 1992, passou a ser denominada “Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho”, em homenagem à memória professor que encantava os seus discípulos por seus profundos conhecimentos jurídicos e por seu forte senso de responsabilidade cívica e tem suas lições consolidadas nos trabalhos da Instituição.

Grande defensor da valorização do funcionalismo público, o Professor Paulo Neves de Carvalho sempre sustentou a tese de que o Direito Administrativo, por si só, não seria capaz de resolver as questões organizacionais. Sendo assim, a temática do comportamento do agente público, comprometido com a consecução dos objetivos e valores fundamentais do Estado e pautado nos valores éticos e morais, deveria estar sempre presente.

Daí a necessidade de se investir na capacitação e no aperfeiçoamento do servidor público, que segundo o Professor, são fatores fundamentais para o êxito de uma boa Administração Pública. E uma Escola de Governo, direcionada ao progresso do

conhecimento e ao fomento da inovação, cujas ações se pautem pelo compromisso de formar um núcleo de gestão governamental qualificado, seria, neste ponto, um suporte para viabilizar um modelo de gestão pública responsável tão desejada pela sociedade e idealizada pelo Estado Democrático de Direito pelo qual o Brasil se define.

Toda Escola de Governo deve buscar trabalhar, em seus programas e em suas ações, as três dimensões da capacitação profissional, quais sejam: o saber, o saber fazer e o saber/querer ser. Sendo seu compromisso não apenas informar e atualizar os agentes públicos, mas, sobretudo, provocar as mudanças requeridas e contribuir para o alcance dos melhores resultados do setor público.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, que se sustenta pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, e pelas três dimensões da capacitação profissional, e que visa precipuamente esta formação de servidores públicos, qualificados para atuarem no progresso da Administração Pública mineira, tanto em se tratando da melhoria da estrutura administrativa de gestão, quanto em se falando de formulação e avaliação de políticas públicas planejadas e desenvolvidas para a sociedade, tem por finalidade exatamente formar e capacitar recursos humanos para a administração pública, prioritariamente para o Estado, competindo-lhe:

- promover a formação profissional em técnicas e competências demandadas na modernização administrativa do setor público, mediante a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, de cursos de capacitação e treinamento, inclusive para a iniciativa privada;
- desenvolver projetos de extensão;
- desenvolver estudos e pesquisas relativos à administração pública e áreas afins; e
- promover a cooperação técnica e acadêmica com instituições públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras.

A Escola de Governo assume papel vital para que a gestão pública do Estado de Minas Gerais alcance resultados cada vez mais expressivos e úteis à sociedade, uma vez que os agentes públicos responsáveis pela consecução de tais resultados serão formados, capacitados, treinados e orientados de forma ótima e qualificada para atuarem estrategicamente nas atividades do Estado e nas políticas e ações do Governo.

No ano de 2012, foi realizada a última Reforma Curricular do Curso de Administração Pública, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer CEE nº 587/2013, aprovado em 27 de agosto de 2013.

Este Projeto Pedagógico tem por finalidade apresentar as atualizações do Projeto Pedagógico aprovado em 2013, e vigente desde 2014, considerando a publicação da Resolução CNE/CES nº. 01, de 13 de janeiro de 2014, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública.

Trabalhos e Projetos desenvolvidos na Escola de Governo

A Escola de Governo, ao longo de sua história, sempre incentivou e patrocinou eventos de cunho acadêmico que se propunham a construir e a agregar conhecimento à sua comunidade, a incentivar o debate e a argumentação em prol do desenvolvimento de ideias e projetos inovadores para a melhoria das práticas e das políticas da Administração Pública do Estado de Minas Gerais.

Alguns destes eventos, realizados no ano de 2016, merecem destaque:

- 2016
 - Semana de Abertura do XXXVII CSAP
 - Palestra com o tema “Instituições de pesquisa, gestão pública e os desafios do desenvolvimento nacional” com o Professor Márcio Pochman.
 - Seminário: “A concepção do CSAP e o papel do administrador contemporâneo”, realizado em parceria com o Diretório Acadêmico, contou com a presença do professor Fernando Abrucio e da subsecretaria Warlene Salum.
 - Aula inaugural – Professor Juarez Guimarães, com o tema “A liberdade dos homens e a liberdade das mulheres”.
 - Mesa de Debate com as Professoras: Larissa Amorim, Áurea Carolina e Alberto Mesaque, com o tema “Gênero e políticas públicas”.
 - Palestra com o Professor Mauro Borges, tema: “Política Econômica e Gestão Pública”.
 - Seminário de Monografias, com a entrega dos certificados aos vencedores do XXII Concurso de Monografias do CSAP (XXVIII CSAP)
 - Semana de Abertura do XXXVIII CSAP

- Seminário de Monografias com a entrega dos certificados aos vencedores do XXIII Concurso de Monografias do CSAP (XXIX CSAP)
- Mesa: Direitos Humanos e Cultura do Estupro com a presença da Professora Andrea D` Assunção discutindo o tema “Direito das Mulheres: Uma história de lutas”; Dra. Maria Nogueira discutindo o tema “Com essa Roupa! Está querendo o que? Cultura do Estupro em Questão.”; Capitão Ricardo Foureaux discutindo o tema “Prevenção à Violência Doméstica – Experiência da BPVD-PMMG”; Janaina Passos discutindo o tema “Violência contra a mulher: O papel da Vigilância Epidemiológica”.
- Palestra: Ética no Serviço Público com o professor Renato Somberg.
- Aula Inaugural com a Professora Dra. Ana Paola Amorim professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, tema: “Mídia e democracia: por que a comunicação importa?”
- Seminário Discussão do Curso de Administração Pública
 - Mesa Redonda “Perspectivas do governo mineiro para a carreira de EPPGG e o papel da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro na sua formação”;
 - Mesa Redonda “A percepção do secretariado estadual acerca da contribuição dos EPPGG em suas respectivas pastas e a experiência dos EPPGG”.
- 2017
 - Semana de Abertura do XXXIX CSAP
 - Seminário "Comportamento Humano e a Administração Pública".
 - Seminário de Monografias com a entrega dos certificados aos vencedores do XXIV Concurso de Monografias do CSAP (XXX CSAP)
 - Aula Inaugural com o Prof. Dr. Leonardo Avritzer professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais: “Crise Política, judiciário e equilíbrio de poderes no Brasil”.

Toda a construção dos eventos e atividades desenvolvidos pela Escola de Governo, na medida do possível, é sempre realizada a partir do envolvimento de todos os atores da sua comunidade acadêmica, na busca de um perfeito alinhamento entre os anseios dos alunos do CSAP e as demandas pedagógicas dos professores, para o alcance de uma maior democratização da relação ensino-aprendizagem.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso foi autorizado a funcionar pelo Decreto Federal nº 92.745, de 4 de junho de 1986 e reconhecido pela Portaria Ministerial no 1.257, de 23 de agosto de 1994. Possui atualmente duração total de 3.265 (três mil, duzentos e sessenta e cinco) horas, sendo 2.505 (duas mil quinhentos e cinco) horas de disciplinas obrigatórias; 500 (quinhentas) horas de estágio curricular supervisionado; 120 (cento e vinte) horas de disciplinas optativas; 80 (oitenta) horas de atividades complementares de graduação, e 60 (sessenta) horas de atividade de imersão e conexão, ministradas em 8 (oito) semestres.

Durante o mês de outubro de 2016 o curso recebeu a visita de Comissão constituída pelo Conselho Estadual de Educação para fins de renovação do seu reconhecimento. A Comissão emitiu o Parecer CEE nº. 758/2016, aprovado em 23 de novembro de 2016, atribuindo conceito final A na avaliação do CSAP, na qual diversos itens estruturais e pedagógicos do CSAP são avaliados, com manifestação favorável à renovação de reconhecimento do curso pelo prazo de 05 (cinco) anos, sendo devidamente homologado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em 22 de dezembro de 2016.

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 22 de dezembro de 2016, editou a Resolução 067, renovando o reconhecimento do Curso de Administração Pública – Bacharelado, ministrado pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, pelo prazo de 04 (quatro) anos, nos termos do Parecer CEE nº. 758/2016.

Tendo em vista o objetivo de formação de profissionais voltados para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, regulamentada pela Lei Estadual nº 18.974/2010, alterada pela Lei nº 20.336/2012, o currículo pleno do curso é estruturado em torno de um núcleo básico de disciplinas, de caráter geral, as quais habilitam ao exercício das atribuições do cargo da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e de um núcleo específico, constituído por disciplinas que preparam o aluno para atuação na área da Administração Pública.

Incluem-se entre os objetivos específicos do Curso de Administração Pública:

- formação de servidores para composição dos quadros do setor público mineiro;
- fortalecimento de competências na área de gestão governamental;
- desenvolvimento de pesquisas relacionadas com as questões e problemas da administração pública

Benefícios do Curso

O Curso de Administração Pública apresenta os seguintes benefícios:

- Gratuidade do ensino;
- Bolsa de estudo mensal correspondente a um salário mínimo para os alunos que não sejam servidores públicos, durante toda a duração do CSAP, mediante requerimento e desde que preenchidos os requisitos expressos na Lei Estadual nº. 18.974/2010;
- Para o servidor público do Poder Executivo Estadual que já tenha cumprido o período de estágio probatório no cargo que ocupa, possibilidade de dispensa de ponto durante o período letivo e no horário escolar, com direito ao recebimento de sua remuneração do cargo efetivo, desde que autorizado pelo órgão de origem. Nesse caso, não se aplica o direito à bolsa de estudo mensal.

Público – Alvo

O público-alvo do curso é composto por pessoas que tenham concluído o ensino médio, e que se interessam pelo ingresso na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Critérios de Seleção

Os alunos do Curso de Administração Pública (CSAP) da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, são selecionados por meio de um Concurso Público.

O Concurso Público em questão, do qual faz parte o CSAP, visa o provimento de cargos da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

(SEPLAG), sendo através de seu Edital especificado o quantitativo de vagas ofertadas e disposta as demais regras para sua execução.

O Concurso Público, atualmente, ocorre em 2 (duas) etapas, sendo a primeira constituída de provas objetivas e de redação, que correspondem ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, do ano de referência do Concurso Público, de caráter classificatório e eliminatório; e a segunda compreende a conclusão do CSAP, no prazo e nas condições de aproveitamento determinadas pela Lei Estadual nº. 18.974/2010 e alterações posteriores, nos Decretos Estaduais nº. 45.600/2011 e nº. 46.030/2012 e ainda, de acordo com o Regimento Interno e os Regulamentos da Escola de Governo.

As provas da primeira etapa são elaboradas de acordo com os conteúdos programáticos divulgados antecipadamente no Edital do ENEM, sendo que todas as suas questões destinam-se a avaliar, em nível de Ensino Médio, conhecimentos e habilidades do candidato, verificando sua capacidade de raciocínio, pensamento crítico, compreensão e de análise e síntese, de modo a selecionar o candidato tanto para acesso à educação superior quanto para o mundo do trabalho, enquanto EPPGG.

As 2 (duas) etapas do Concurso Público, para as quais são reservadas 10% das vagas para pessoas com deficiência, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual nº. 11.867, de 28 de julho de 1995, e de acordo com os critérios definidos pelo art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/1999 e pela Súmula STJ nº 377, observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo, podem assim ser sintetizadas:

- As provas objetivas e a prova de redação compreendem ao ENEM adotado no Concurso Público, de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), de caráter classificatório e eliminatório, cujos resultados serão utilizados para a seleção dos primeiros colocados para o quantitativo de vagas ofertado no Edital para cursar o CSAP.
- O CSAP, com duração mínima de 4 (quatro) anos e carga horária total de 3.265 horas, visa a formação de servidores para ingresso na carreira de EPPGG.

Perfil do Egresso

A Lei Estadual nº 22.257/2016 redefiniu o total de vagas para os cargos da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) em 1.277.

De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria de Registro e Controle Acadêmico – SRCA, da Escola de Governo, no início do ano de 2017, o número total de egressos do CSAP se resume a 1018 alunos. Entretanto, de acordo com os dados disponibilizados no Portal da Transparência de Minas Gerais, em março de 2017, havia 634 EPPGG em exercício no Poder executivo estadual.

Espera-se que o profissional egresso do CSAP seja capaz de atuar em funções de direção, coordenação e supervisão de diferentes níveis e em diferentes áreas da administração pública estadual. Sendo as suas atribuições, previstas na Lei Estadual nº 18.974/2010: a formulação, a supervisão e a avaliação de políticas públicas e o exercício de atividades relacionadas às áreas de planejamento e avaliação, administração financeira e orçamentária, contabilidade, modernização da gestão, racionalização de processos, gestão e tecnologia da informação, recursos logísticos, recursos materiais, recursos humanos e administração patrimonial.

Sua formação teórica é complementada por diversas atividades que combinam teoria e prática, tais como as atividades de extensão e imersão, os estágios extracurricular e curricular supervisionado, e as atividades complementares de graduação.

A principal ação de preparo para o mercado de trabalho é o Estágio Curricular Supervisionado, realizado pelos alunos nos dois últimos períodos do curso. Estes estágios são realizados em órgãos ou entidades da administração pública, direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais e visam integrar e preparar o aluno para a inserção na carreira pública de EPPGG, tendo em vista que é realizado no local no qual o aluno será direcionado, após a conclusão do curso. Dessa forma, permite ao aluno o conhecimento sobre o funcionamento do órgão no qual irá trabalhar, além de já iniciar o desempenho das atividades que serão realizadas por este, ganhando experiência, antes mesmo da formação. No estágio, o aluno ainda elabora um trabalho de conclusão de

curso, cujo tema deve estar relacionado ao órgão no qual está inserido, entregando um produto com contribuições a este órgão antes mesmo de ser efetivado.

As atividades de extensão e imersão, bem como as atividades complementares de graduação, produzem um conhecimento para além do conhecimento acadêmico, uma vez que o conhecimento gerado é fruto de uma troca de saberes, do confronto entre o mundo das ideias e a realidade da comunidade. Algumas destas atividades de extensão, desenvolvidas e patrocinadas pela Escola de Governo e em alguns projetos em conjunto com outras Instituições de Ensino Superior e entes da Federação, objetivam levar o aluno do CSAP a conhecer *in loco* a diversidade da realidade brasileira e a desenvolver uma visão integrada dos processos de gestão, tão necessária à sua atuação como EPPGG.

A CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

Para ingressar na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), o candidato classificado no Concurso Público deverá:

- atender às normas estabelecidas na Lei nº. 18.976/2010, no Regimento Interno da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e nos Regulamentos do curso;
- frequentar as aulas do CSAP, que ocorrerão nos turnos da manhã e da tarde. É obrigatória a frequência mínima de 75% em cada disciplina da grade curricular do CSAP, nos termos do disposto na Resolução do Conselho Federal de Educação nº. 04/1986 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como no Regimento Interno da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho;
- ter assinado, na ocasião do registro inicial (matrícula), Termo de Compromisso, obrigando-se a ressarcir o valor atualizado dos serviços escolares recebidos ao Estado e, se for o caso, o valor atualizado da bolsa de estudo mensal, nas hipóteses de: abandonar o curso, a partir do quarto semestre, a não ser por motivo de saúde, devidamente atestado pelo órgão competente; ser reprovado em três disciplinas previstas no currículo do CSAP; não tomar posse no cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e; não permanecer na carreira pelo período mínimo de três anos após o ingresso.

Ao ingressar na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, o egresso será nomeado para o cargo de EPPGG, nível I, grau A, cuja jornada de trabalho é de 40 horas semanais e a remuneração bruta inicial de aproximadamente R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), considerando o Vencimento Básico acrescido de 100% (cem por cento) da Gratificação de Desempenho e Produtividade Individual e Institucional, que é variável. Contudo, até obter a primeira avaliação de desempenho, o egresso terá sua Gratificação de Desempenho e Produtividade Individual e Institucional considerada em 70% (setenta por cento) para o cálculo de sua remuneração.

O EPPGG é regido pelo regime jurídico estatutário, nos termos do art. 4º e parágrafos da Lei Estadual nº 18.974/2010, e pode ter exercício em qualquer Órgão ou

Entidade da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O atual currículo do CSAP, apresentado neste Projeto Pedagógico, fruto de um intenso processo de discussão conduzido ao longo do ano de 2012 e aprovado em 2013 por meio do Parecer nº. 587/2013, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, foi devidamente atualizado ao longo dos anos de 2014 e 2015 com base na Resolução nº. 01/2014 da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação subordinado ao Ministério da Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, e nas recomendações do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

O currículo do CSAP traz uma perspectiva histórica e contextualizada na condução de todas as suas disciplinas e atividades, em respeito ao compromisso com os valores públicos, com o desenvolvimento nacional e com a redução das desigualdades, e em reconhecimento da diversidade regional e cultural. Apresenta conteúdos de formação básica, conteúdos de formação profissional e atividades formativas extraclasse, que em conjunto se propõe a contribuir para o desenvolvimento de certas habilidades nos alunos, quais sejam:

- Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- Apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- Estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e de comunicação interinstitucionais;

- Ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Disciplinas Obrigatórias e Optativas

Os conteúdos de formação básica do CSAP estão relacionados à característica multidisciplinar da área Pública e articulam conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia, bem como os estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, e os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação, contribuindo para a capacitação para a leitura, escrita, expressão e comunicação, sempre desenvolvidos com vistas à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

Os conteúdos de formação profissional, por sua vez, estão relacionados às temáticas de governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, que oferecem ao aluno do CSAP a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

Especificamente quanto às disciplinas obrigatórias, no CSAP elas foram dispostas numa organização matricial, observando uma seqüência lógica nos oitos semestres letivos dentro de cada área temática, conforme descrito a seguir:

- ***Fundamentos quantitativos:*** Matemática, Estatística e Matemática Financeira.
- ***Finanças, orçamento e controle:*** Introdução à Contabilidade, Contabilidade Pública, Administração Financeira e Orçamentária, Controle na Administração Pública e Finanças Públicas.
- ***Administração:*** Teoria Geral da Administração, Informática Aplicada à Gestão Pública, Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais, Logística no Setor Público, Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público, Sistemas de Informação e Governança Eletrônica, Gestão de Projetos e Psicologia Organizacional;
- ***Gestão Pública:*** Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública no Estado Contemporâneo, Planejamento de Governo, Regulação e Gestão de Serviços Públicos, Gestão Municipal, Avaliação Social de Projetos, Projeto Aplicado I, Projeto Aplicado II e Projeto Aplicado III.

- ***Sociologia e Política:*** Filosofia Política, Formação Social do Brasil, Sociologia, Teoria Política, Política Brasileira, Sociologia das Organizações, Políticas Sociais e Ética e Serviço Público.
- ***Economia:*** Microeconomia, Macroeconomia, Economia do Setor Público, Desenvolvimento Econômico e Social e Economia Brasileira.
- ***Direito:*** Introdução ao Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo I, Direito Administrativo II.
- ***Metodologia:*** Introdução ao Pensamento Científico, Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública, Metodologia Científica, Metodologia de Pesquisa, Integração e Desenvolvimento Profissional I e II.

A composição da carga horária total do curso foi acrescida de horas destinadas às disciplinas optativas, que foram definidas ao longo da revisão deste Projeto Pedagógico, conforme estudos e em respeito às determinações legais, como o Decreto Federal nº. 5.626/2005 e a Lei Federal nº. 9.795/1999. Os períodos propostos para a sua realização serão, prioritariamente, o 7º e 8º períodos, podendo, no entanto, tais disciplinas serem realizadas ao longo do curso, de acordo com a disponibilidade do aluno. A escolha acerca de qual disciplina optativa cursar, bem como do período de realização, será de responsabilidade exclusiva do aluno, conforme oferta de disciplinas pela Escola de Governo e existência de vagas.

Para as disciplinas da Área Temática de Economia, o Colegiado do Curso de Administração Pública instituiu a exigência de pré-requisitos: a aprovação na disciplina Matemática é necessária para a matrícula na disciplina Microeconomia; a aprovação na disciplina Microeconomia é necessária para a matrícula na disciplina Macroeconomia.

A aprovação na disciplina Estatística é necessária para a matrícula na disciplina Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública.

As disciplinas Metodologia de Pesquisa e Integração e Desenvolvimento Profissional I deverão ser cursadas, obrigatoriamente, no penúltimo período do curso, sendo o Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso ao longo delas desenvolvido. A disciplina Integração e Desenvolvimento Profissional II deverá ser cursada, obrigatoriamente, no último período do curso, sendo a aprovação nas disciplinas Metodologia de Pesquisa e Integração e Desenvolvimento Profissional I pré-requisito para

matrícula na disciplina Integração e Desenvolvimento Profissional II e também para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

O instituto de pré-requisitos tem como objetivo resguardar discentes e docentes no que diz respeito ao conhecimento prévio de conteúdos assumidos como já assimilados para o desenvolvimento dos conteúdos programáticos.

Período e Periodicidade

O CSAP tem duração total de 8 (oito) semestres letivos, com as aulas em período integral, matutino e vespertino, para todos os alunos. Sendo as disciplinas obrigatórias ofertadas e a carga horária total de cada período letivo distribuídas conforme abaixo destacado.

- **1º PERÍODO: 405 horas** – Teoria Geral da Administração; Matemática; Filosofia Política; Introdução ao Direito; Introdução ao Pensamento Científico; Formação Social do Brasil; Introdução à Contabilidade; e Sociologia.
- **2º PERÍODO: 420 horas** – Estatística; Teoria Política; Direito Constitucional; Microeconomia; Matemática Financeira; Política Brasileira; Sociologia das Organizações; e Projeto Aplicado I.
- **3º PERÍODO: 420 horas** – Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais; Macroeconomia; Direito Administrativo I; Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública; Administração Pública; Psicologia Organizacional; e Contabilidade Pública.
- **4º PERÍODO: 390 horas** – Direito Administrativo II; Economia do Setor Público; Políticas Públicas; Desenvolvimento Econômico e Social; Informática Aplicada à Gestão Pública; Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público; Planejamento de Governo; e Projeto Aplicado II.
- **5º PERÍODO: 390 horas** – Regulação e Gestão de Serviços Públicos; Logística no Setor Público; Gestão Pública no Estado Contemporâneo; Sistemas de Informação e Governança Eletrônica; Administração Financeira e Orçamentária; Economia Brasileira; e Políticas Sociais.
- **6º PERÍODO: 360 horas** – Metodologia Científica; Finanças Públicas; Controle na Administração Pública; Gestão Municipal; Avaliação Social de Projetos; Ética e Serviço Público; Gestão de Projetos; e Projeto Aplicado III.
- **7º PERÍODO: 90 horas** – Metodologia de Pesquisa; e Integração e Desenvolvimento Profissional I.

- **8º PERÍODO: 30 horas** – Integração e Desenvolvimento Profissional II.

A distribuição das disciplinas nos períodos do curso refere-se a uma proposta, cabendo ao aluno, a cada semestre, realizar a matrícula nas disciplinas de seu interesse, respeitando sempre os pré-requisitos estabelecidos e os regulamentos do curso. Ao final do curso é necessário que o mesmo tenha cursado, com êxito, todas as 49 (quarenta e nove) disciplinas obrigatórias e no mínimo 4 (quatro) disciplinas optativas que forem ofertadas dentre as que estão abaixo identificadas:

- Auditoria Operacional;
- Direitos Humanos e Sociais;
- Libras (Decreto Federal nº. 5.626/2005);
- Economia Mineira;
- Federalismo e Relações Intergovernamentais;
- Fenômenos Sociais Contemporâneos e Políticas Públicas;
- Gestão de Custos no Setor Público;
- Marketing no Setor Público;
- Negociação;
- Participação Social;
- Políticas Setoriais;
- Políticas Públicas para a Sustentabilidade (Lei Federal nº. 9.795/1999);
- Teorias Psicológicas na Gestão de Pessoas;
- Tópicos Especiais em Administração Pública I;
- Tópicos Especiais em Administração Pública II.

Conforme determinação contida na Resolução nº. 02/2007, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação subordinado ao Ministério da Educação, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, a conclusão e a integralização curricular do CSAP devem ocorrer em no mínimo 4 (quatro) anos e no máximo 5 (cinco) anos. Devendo ser ressaltado que o período em que for

concedido trancamento de matrícula não será contabilizado para fins de integralização curricular.

Carga Horária Total

O currículo completo do CSAP está descrito na malha curricular que se segue abaixo, com a respectiva identificação da carga horária correspondente a cada componente obrigatório do curso.

Tabela 01: Componentes e Carga Horária do CSAP

COMPONENTES	CARGA HORÁRIA
Disciplinas Obrigatórias	2.505 horas
Administração Financeira e Orçamentária	60 horas
Administração Pública	60 horas
Avaliação Social de Projetos	30 horas
Contabilidade Pública	60 horas
Controle na Administração Pública	60 horas
Desenvolvimento Econômico e Social	30 horas
Direito Administrativo I	60 horas
Direito Administrativo II	60 horas
Direito Constitucional	60 horas
Economia Brasileira	60 horas
Economia do Setor Público	60 horas
Estatística	60 horas
Ética e Serviço Público	30 horas
Filosofia Política	60 horas
Finanças Públicas	60 horas
Formação Social do Brasil	60 horas
Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais	60 horas
Gestão de Projetos	60 horas
Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público	60 horas
Gestão Municipal	60 horas
Gestão Pública no Estado Contemporâneo	30 horas
Informática Aplicada à Gestão Pública	30 horas
Integração e Desenvolvimento Profissional I	30 horas
Integração e Desenvolvimento Profissional II	30 horas
Introdução à Contabilidade	30 horas
Introdução ao Direito	45 horas
Introdução ao Pensamento Científico	30 horas
Logística no Setor Público	60 horas
Macroeconomia	60 horas
Matemática	60 horas
Matemática Financeira	30 horas
Metodologia Científica	30 horas
Metodologia de Pesquisa	60 horas
Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão	60 horas

Pública	
Microeconomia	60 horas
Planejamento de Governo	60 horas
Política Brasileira	60 horas
Políticas Públicas	60 horas
Políticas Sociais	60 horas
Projeto Aplicado I	30 horas
Projeto Aplicado II	30 horas
Projeto Aplicado III	30 horas
Psicologia Organizacional	60 horas
Regulação e Gestão de Serviços Públicos	60 horas
Sistemas de Informação e Governança Eletrônica	60 horas
Sociologia	60 horas
Sociologia das Organizações	60 horas
Teoria Geral da Administração	60 horas
Teoria Política	60 horas
Disciplinas Optativas	120 horas
Optativa I	30 horas
Optativa II	30 horas
Optativa III	30 horas
Optativa IV	30 horas
Estágio Curricular Supervisionado	500 horas
Atividades Complementares de Graduação	80 horas
Atividade de Imersão e Conexão	60 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	-
TOTAL	3265 horas

Interdisciplinaridade

Na concepção do currículo, chama atenção a interdisciplinaridade do curso, conforme explicitado em sua própria organização em torno dos núcleos centrais com as contribuições das diversas áreas do saber acadêmico afins à administração pública.

Deve ser também notado que, além do Estágio Supervisionado e das Atividades Complementares de Graduação, foi instituída no novo currículo a exigência de participação de Atividades de Imersão e Conexão.

As disciplinas de Projeto Aplicado demonstram claramente esta interdisciplinaridade proposta no curso, na medida em que conciliam teoria e prática. Objetivam propiciar a participação dos alunos do CSAP em projetos, oficinas, entre outras atividades, fazer com que conheçam o dia a dia do funcionamento de um órgão ou entidade pública, participem de projetos do Governo do Estado de Minas Gerais e auxiliem na busca de soluções para as questões e problemas elencados, associando as

experiências práticas com os conteúdos ministrados na teoria da sala de aula, e também desenvolver a capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de imersão.

Estágio Extracurricular e Estágio Curricular Supervisionado

O Curso de graduação em Administração Pública destina-se à formação de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental para ingresso no Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Os alunos, ao término do curso, são nomeados no cargo de provimento efetivo de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, nos termos da Lei Estadual nº 18.974/2010.

Assim, a preocupação da Escola de Governo com o desenvolvimento de atividades práticas é permanente. Por isso mesmo os alunos são estimulados a participarem, de estágios extracurriculares em órgãos públicos, desde o início do curso. Tal procedimento tem se revelado muito útil para propiciar aos estudantes uma inserção na realidade à qual se integrarão como servidores públicos estaduais.

Para tanto, a Fundação João Pinheiro, por intermédio da Escola de Governo, e como parte interveniente das relações de estágios dos alunos do CSAP, mantém diversos Convênios de Cooperação Técnica com órgãos e entidades públicos e empresas privadas de modo a possibilitar a realização dos estágios extracurriculares ao longo do curso.

Atualmente os seguintes órgãos, entidades e empresas possuem convênios vigentes: Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH); Agência de Integração Empresa Escola (AGIEL); Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG); Auditoria-Geral do Estado (AUGE); Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG); Centro de Integração Empresa Escola de Minas Gerais (CIEE); Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; Departamento de Estradas de Rodagem (DER); Escola de Saúde Pública (ESP); Fundação Ezequiel Dias (FUNED); Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG); Fundação João Pinheiro (FJP); Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG); Instituto de Terras do

Estado de Minas Gerais (ITER); Instituto de Desenvolvimento Gerencial S/A (FALCONI); Instituto Euvaldo Lopes (IEL); Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH); Polícia Federal (PF); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI); Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SECTES); Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS); Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (SEDINOR/IDENE); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Secretaria de Estado de Educação (SEE); Secretaria de Estado de Esportes (SEEJ); Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretaria de Estado de Saúde (SES); Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE); Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP); Secretaria de Estado de Turismo (SETUR); e Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) – Fundação Estadual do meio Ambiente (FEAM), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).

Além dessa modalidade de Estágio Extracurricular, tem-se o Estágio Curricular Supervisionado I e II que contabiliza 500 (quinhentas) horas, sendo em cada período cumpridas 250 (duzentas e cinquenta) horas nos órgãos que compõem a estrutura da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

O Estágio Curricular Supervisionado I deve ser realizado no mesmo período das disciplinas Metodologia de Pesquisa e Integração e Desenvolvimento Profissional I. O Estágio Curricular Supervisionado II deve ser realizado no mesmo período da disciplina Integração e Desenvolvimento Profissional II.

Todo o processo de alocação dos alunos do CSAP para o Estágio Curricular Supervisionado é conduzido pelo Núcleo de Gestão da Carreira de EPPGG, da SEPLAG, de acordo com o perfil de cada um e as necessidades, demandas prioritárias e estratégias do Governo, conforme estabelece o Decreto Estadual nº. 45.600/2011 em seu art. 3º. Sendo

que, em resumo, o processo de alocação dos Estágios Curriculares Supervisionados assim ocorre:

- Aplicação de testes psicológicos e jogos empresariais, para traçar o perfil de cada aluno;
- Realização de entrevista comportamental com cada aluno;
- Participação dos alunos em oficina conduzida pelo Núcleo de Gestão da Carreira de EPPGG, da SEPLAG, e com participação da Coordenação do CSAP, para avaliação do perfil comportamental de cada aluno;
- Acompanhamento presencial, por parte da Coordenação do CSAP e da Diretoria-Geral da Escola de Governo, da apresentação dos resultados do levantamento de perfil psicológico e comportamental individual de cada aluno, para a efetiva alocação dos mesmos.

Durante a realização do Estágio Curricular Supervisionado I, e ao longo das Disciplinas Metodologia de Pesquisa e Integração e Desenvolvimento Profissional I, o aluno elabora um Projeto que será a base para o Trabalho de Conclusão de Curso a ser elaborado durante a realização do Estágio Curricular Supervisionado II e da Disciplina Integração e Desenvolvimento Profissional II.

Trabalho de Conclusão do Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso, elaborado obrigatoriamente durante o último período do curso e sob a modalidade de Monografia, é apresentado no Seminário de Conclusão de Curso, do qual participam os alunos envolvidos e orientadores dos trabalhos, além de 2 (dois) professores avaliadores indicados pelo Colegiado do CSAP.

Na elaboração propriamente dita do Trabalho de Conclusão do Curso, os alunos são acompanhados pelos Tutores do Estágio Curricular Supervisionado e pelos professores orientadores dos Trabalhos.

Os temas dos Trabalhos de Conclusão do Curso devem guardar relação com o local e órgão onde o aluno realiza o Estágio Curricular Supervisionado. Quanto à orientação dos Trabalhos de Conclusão do Curso, a preferência é dos professores e pesquisadores da Escola de Governo e da Fundação João Pinheiro, por atuarem nas diversas áreas e projetos do Estado de Minas Gerais, contando, portanto, com o perfil adequado para orientar metodologicamente e em termos de conteúdo.

O resultado do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno do CSAP será apurado por meio dos conceitos “APROVADO” e “REPROVADO”. O aluno, no entanto, poderá ser “APROVADO COM RESSALVAS”, ocasião na qual deverá corrigir os pontos apontados pela banca avaliadora e submeter o trabalho para nova apreciação pelos avaliadores e orientador.

Atividades Complementares de Graduação

As Atividades Complementares de Graduação – ACGs – constituem-se em um dos componentes da matriz curricular do CSAP e visam ao desenvolvimento, a avaliação e ao reconhecimento de competências e conhecimentos adquiridos por meio de práticas opcionais, interdisciplinares, transversais e independentes, que contribuam para o enriquecimento da formação dos alunos.

As Atividades Complementares de Graduação podem ser desenvolvidas na forma de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme modalidades estabelecidas em regulamento próprio.

Atividades de Extensão

As Atividades de Extensão, que visam contribuir para a formação acadêmica e profissional dos alunos da Escola de Governo, têm a Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI) da Escola de Governo como responsável por sua coordenação. As atividades de extensão privilegiam o contato com a realidade social contemporânea ao mesmo tempo em que favorecem a troca de conhecimentos e experiências entre alunos e a comunidade, sendo permeadas pelas seguintes diretrizes: interação dialógica, interdisciplinariedade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social.

No ano de 2016, 169 alunos participaram de pelo menos uma das ações de extensão.

Dentre as atuais atividades de extensão desenvolvidas pela Escola de Governo, pode-se destacar:

- **CONSULTORIA JÚNIOR**

A Consultoria Júnior em Administração Pública (João Pinheiro Jr.) é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em 1998, pelos alunos do CSAP, da Escola de Governo da FJP.

Desenvolvida em conformidade com o conceito de empresa júnior, a João Pinheiro Júnior presta serviços de consultoria, assessoria e elaboração de projetos nas diversas áreas da gestão pública, atuando junto a órgãos das esferas municipal, estadual e federal. Os objetivos são desenvolver profissionais capazes de contribuir para a melhoria da administração pública e proporcionar aprendizado e experiência extracurricular aos estudantes do curso de Administração Pública.

Dentre os clientes, estão órgãos públicos do governo do Estado de Minas Gerais, como as Secretarias de Estado, os Institutos e às Fundações, tais como a FJP, parceira certa, além de prefeituras e câmara municipais de Minas Gerais. Os projetos são executados e coordenados com a orientação e apoio de professores e profissionais da FJP, buscando sempre a excelência em atuação no setor público.

A GERI, com vistas a fortalecer a relação e a articulação entre a FJP, a Escola de Governo e a Joao Pinheiro Jr., é responsável por acompanhar e supervisionar permanentemente todas as ações e todos os projetos da João Pinheiro Jr., que, em suma, estão relacionados: ao mapeamento, pesquisa e diagnóstico de políticas públicas; à otimização de processos; à pesquisa de clima organizacional; ao planejamento estratégico; à construção de planos de cargos, carreiras e vencimentos; ao auxílio em treinamentos; à modernização da gestão pública de municípios; à aplicação e coleta de dados em pesquisas; bem como ao auxílio na elaboração de planos diretores. Desde 1998, mais de 700 alunos do CSAP já fizeram parte da João Pinheiro Jr.

- **FICA ATIVO CIDADANIA**

Por meio desse projeto, a Escola de Governo promove a interação dos estudantes do CSAP com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de escolas públicas localizadas em áreas de vulnerabilidade social. São realizados encontros periódicos em que os universitários do CSAP apresentam e dialogam com turmas de EJA temas que estimulam a reflexão sobre direitos individuais, sociais e cidadania, em seu sentido mais amplo, correlacionando-os à questão social e histórica em que estão inseridos.

Os temas debatidos são definidos a partir do levantamento dos assuntos significativos e de que sejam de interessada própria turma da EJA, priorizando aquelas temáticas que estimulam a discussão e a crítica, a partir de experiências compartilhadas. Os alunos da Escola de Governo são estimulados à autocrítica, a conscientização da importância do planejamento e organização e são expostos a situações de que exigem tomadas de decisão, ao mesmo tempo em que colaboram para que os estudantes da EJA possam se identificar como cidadãos capazes de atuar de maneira transformadora diante das contradições sociais.

O “Cidadania”, já contou com a participação de 119 alunos do CSAP, em atuação na Escola Municipal Dora Tomich Laender, entre os anos de 2013 a 2016, atendendo em média 150 beneficiários por semestre, com idade entre 15 e 60 anos

- **FICA ATIVO REPENSAR**

Concebido para oferecer oficinas sobre temas ligados às artes, à cultura e à cidadania a jovens em situação de vulnerabilidade, esse projeto tem o objetivo de construir, em conjunto com os participantes, condições para o seu empoderamento por meio do fortalecimento dos laços comunitários e de ações coletivas em prol de direitos dos quais estão sendo privados.

Muitos temas são definidos durante dinâmicas realizadas com o público beneficiado pelo projeto, a intenção é identificar temas que são interessantes e significativos para os próprios alunos, priorizando aqueles temas que estimulam a discussão e a crítica a partir de experiências compartilhadas

O “Repensar”, já contou com a participação de 143 alunos do CSAP, em atuação nos bairros Jardim Felicidade e Ribeiro de Abreu, entre os anos de 2013 a 2016.

- **CURSINHO POPULAR PRÉ-ENEM EDUCAR**

Organizado e gerenciado por meio de parceria entre o Núcleo Social da João Pinheiro Jr. e a GERI, o projeto consiste em um curso noturno anual preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio – (ENEM). Realizado na unidade da FJP na Avenida Brasil, o cursinho é oferecido de forma gratuita para alunos que cursaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas. Com aulas e monitorias de diversas disciplinas

ministradas de forma voluntária por estudantes do CSAP, o curso tem o objetivo de promover a integração social e econômica de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, ampliando suas chances de ingresso no ensino superior. Em 2016 participaram 12 alunos da Escola de Governo.

- **OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

O Observatório de Políticas Públicas (OPP) foi idealizado para se constituir em um espaço para pesquisa e discussão de políticas públicas, com vistas a estimular a produção acadêmica e o debate dos graduandos acerca de temas predefinidos entre professores orientadores e alunos. Desenvolvido em grupos temáticos sob orientação de professores / pesquisadores da FJP, o projeto também estimula a publicação dos trabalhos acadêmicos resultantes da iniciativa. No ano de 2016, 16 alunos do CSAP participaram deste projeto.

- **SOCIEDADE DE DEBATES**

Voltado para o desenvolvimento da capacidade de pesquisa, retórica e argumentação como forma de ampliar a reflexão, a troca de informações e o respeito por diferentes posicionamentos, o projeto é realizado através de debates competitivos preferencialmente relacionados às políticas públicas e temas de relevância para a sociedade contemporânea. Suas regras foram construídas através do diálogo com a Sociedade Mineira de Debates. Cada encontro é formado por quatro duplas de debatedores e uma dupla de juízes. Em 2016, 20 alunos do CSAP participaram deste projeto.

- **JUVENTUDE CIDADÃ**

Realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Jardim Felicidade, em Belo Horizonte, o projeto contempla a população de jovens da região, faixa etária ainda não atendida pelo CRAS. Com a realização semanal de rodas de conversa e oficinas, o projeto busca atender 2 objetivos a saber: despertar nos jovens o interesse pela vida comunitária por meio da conscientização de direitos e deveres relativos ao pleno exercício da cidadania e atrair os jovens para conhecer os serviços oferecidos pelo CRAS. A partir de 2016 o projeto passou a ser realizado de forma conjunta com a escola

pública do bairro, o que ampliou sua visibilidade e seu espaço de atuação. Em 2016, 17 alunos do CSAP participaram deste projeto.

- **2º CHANCE**

Voltado para pessoas privadas de liberdade (PPL), o projeto oferece um curso intensivo preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) em presídios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com duração aproximada de quatro meses, sempre no segundo semestre do ano, o curso é organizado e executado pela GERI da Escola de Governo/FJP, pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS) e pela Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP), em parceria com a direção dos presídios beneficiados pelo projeto. A iniciativa visa contribuir para que pessoas privadas de liberdade consigam aprovação em instituições de ensino superior ou certificação de conclusão de ensino médio, possibilitando, em alguns casos, a oportunidade de remissão de pena para os detentos participantes. Em 2016, 37 alunos do CSAP participaram do projeto, que ocorreu no presídio masculino Dutra Ladeira bem como no presídio feminino José Abranches.

- **2º CHANCE RODAS DE LEITURA - PPL**

O projeto é desenvolvido em parceria com o Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS), Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP) e Escola de Governo da FJP. Tem como proposta incentivar o hábito da leitura e a realização de resenhas. Os presos participantes têm o apoio de alunos voluntários do CSAP na interpretação dos livros e escrita de resenhas. A leitura e resenha dos livros indicados permite a remissão de pena. Em 2017 o projeto será realizado no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, com previsão de participação de 7 alunas do CSAP no 1º semestre.

Atividades de Imersão

Por decisão do Colegiado do Curso de Administração Pública, a composição da carga horária obrigatória do Curso será acrescida de 60 (sessenta) horas de atividades de Imersão. Tais atividades objetivam levar o estudante do Curso de Administração Pública a

conhecer *in loco* a diversidade da realidade brasileira, seja em nível sub-nacional ou federal. A principal finalidade destas atividades consiste em fazer com que os alunos desenvolvam capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de observação e atuação nas regiões visitadas. Pretende-se ainda favorecer o conhecimento prático de técnicas de gestão adotadas em regiões e contextos variados e ainda possibilitar a atitudes colaborativas por parte dos alunos do curso, além da troca de experiências entre os envolvidos.

O conceito de “imersão” é utilizado quando o estudante universitário, a partir de um projeto pedagógico correlacionado ao seu processo de formação, se distancia de sua região de estudo deslocando-se para uma localidade distante com o objetivo de compreender uma nova realidade. Os projetos de imersão são desenvolvidos em conformidade com a metodologia de pesquisa/ação, na qual os estudantes atuam e, ao mesmo tempo, aprende em conjunto com a população local por meio da troca de experiências, ampliando, assim, seus conhecimentos acadêmicos, questionando/ratificando/reafirmando-os em confrontação com uma realidade específica.

As Atividades de Imersão são organizadas e/ou intermediadas pela Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI) da Escola de Governo.

Algumas das atividades de imersão que podem ser desenvolvidas pelos alunos do Curso de Administração Pública estão abaixo destacadas.

- **PROJETO RONDON**

Projeto do Governo Federal sob coordenação do Ministério da Defesa (MD), o Rondon tem o objetivo de levar estudantes de Instituições de Ensino Superior (IES) a comunidades do interior do país para desenvolver ações voltadas para a construção e promoção da cidadania e para iniciativas de desenvolvimento local sustentável. As regiões prioritárias de atuação do projeto são aquelas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e exclusão social, além de áreas isoladas do território nacional que necessitem de maior aporte de bens e serviços.

O projeto busca também consolidar o sentido de responsabilidade social e cidadania nos universitários brasileiros por meio de experiências práticas de convívio e atuação em municípios com diferentes realidades das diversas regiões do país.

Por meio de participação nos Editais do projeto, a presença dos estudantes da Fundação João Pinheiro nas operações do Rondon acontece desde 2006, de forma voluntária, e se destaca pelo foco das ações no âmbito da administração pública, especialmente aquelas que gerem benefícios permanentes para as comunidades.

Nesse contexto, as equipes da FJP atuam junto a lideranças comunitárias, funcionários da administração municipal e sociedade civil organizada por meio da promoção de cursos, oficinas, palestras e outras ações que contemplem temas como o acesso a programas/financiamentos do governo Federal, procedimentos para licitações, microcrédito e associativismo, entre outros.

Na Escola de Governo, desde o ano de 2006, 33 (trinta e três) equipes tiveram seus projetos aceitos pelo Ministério da Defesa. Isso significou a participação de 264 alunos do CSAP, com atuação em todas as regiões do Brasil, especificamente nas seguintes cidades e Estados: Tarauacá e Brasiléia, no Acre; Atalaia, em Alagoas; Laranjal do Jari e Mazagão, no Amapá; Anori e Uruará, no Amazonas; Retirolândia e Jaguarari, na Bahia; Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo; Chapadão do Céu, em Goiás; Humberto de Campos e Ribamar Fiquene, no Maranhão; Brasília de Minas e Capelinha, em Minas Gerais; Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso; Pedro II, Castelo dos Sonhos, São Francisco do Pará, Soure, Vigia e Altamira, no Pará; Alagoa Grande e Caaporã, na Paraíba; Granito, em Pernambuco; São Pedro do Piauí, no Piauí; Jaçanã, no Rio Grande do Norte; Mostardas, no Rio Grande do Sul; Bonfim, em Roraima; Poço Redondo em Sergipe; Caseara e Cristalândia, no Tocantins.

- **10ENVOLVER**

Realizado em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais nos municípios mineiros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o 10Envolver tem o objetivo de, em parceria com as populações locais, fortalecer os laços sociais, incrementar o trabalho das associações, promover o controle social e estimular a cidadania participativa.

As viagens ocorrem em janeiro, julho ou dezembro e, geralmente, são selecionados 8 alunos do CSAP para participar das atividades. Por duas semanas, os estudantes desenvolvem as atividades previstas em um plano de trabalho elaborado em conjunto pela GERI da Escola de Governo/FJP e o Ministério Público de Minas Gerais nos municípios contemplados. No ano de 2016, 24 alunos do CSPA participaram do projeto.

- **PROGRAMA DE INTERNATO EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL (PRINAGEM)**

Programa de imersão iniciado em julho de 2016, o Prinagem envia estudantes do CSPA para atuarem em municípios do interior de Minas Gerais pelo período de um mês.

O objetivo central é propiciar a esses alunos vivência junto às administrações públicas municipais, atuando em áreas de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de projetos. De acordo com a oportunidade e conveniência do município, participam de cada módulo do projeto até 5 estudantes. Entre julho de 2016 e janeiro de 2017, 86 alunos CSAP participaram do projeto.

- **MULHERES DO CAMPO DE MINAS GERAIS**

A FJP foi convidada a realizar a pesquisa “Mulheres do Campo de Minas Gerais” em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDAS) em 2016. O objetivo da pesquisa foi reconstruir e analisar as trajetórias de vida, de lutas e de trabalho de mulheres que trabalham na área rural. O projeto de imersão “Mulheres em Campo” surgiu a partir da oportunidade das alunas do CSAP de viajar para entrevistar as mulheres participantes do projeto nos municípios mineiros. Na 2ª etapa do projeto as alunas continuam a participar, agora na compilação e análise dos dados coletados nas viagens. No ano de 2016, 7 alunas do CSAP participaram do projeto.

Intercâmbio Acadêmico

Os programas de intercâmbio acadêmico visam ao aprimoramento da formação dos alunos e compreendem as atividades de natureza acadêmico-científica a serem desenvolvidas pelos alunos do CSAP em outra Instituição de Ensino Superior.

A implantação destes programas se alinha entre as medidas voltadas para proporcionar novas oportunidades acadêmicas curriculares aos alunos do curso de graduação, assim como promover a produção e difusão do conhecimento a partir dos esforços coletivos da comunidade acadêmica nacional e internacional.

O aluno do CSAP, com vivência internacional, terá um histórico escolar diferenciado, com formação em outro ambiente cultural e conhecimento de língua estrangeira, experiência que vai marcar sua personalidade para toda a vida, ensinando-o a ser mais autônomo, mais tolerante e mais aberto a inovações e mudanças.

A Escola de Governo tem firmado convênios com várias instituições de Ensino Superior nacionais ou estrangeiras para a realização de programas de intercâmbio acadêmico por parte dos alunos do CSAP e também para receber estudantes. Até o primeiro semestre de 2017, a Escola de Governo recebeu 4 estudantes estrangeiros, que vieram do Chile, Venezuela e Itália, e já enviou 36 alunos do CSAP para Chile, Itália, França e Taiwan e 1 aluno para a Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

Atualmente são 7 (sete) os convênios vigentes, sendo eles: Université Picardie Jules Verne, na França; Università Degli Studi di Roma “Tor Vergata” e Università Degli Studi di Torino, ambas na Itália; National Chengchi University – NCCU, em Taiwan; Universidad de Chile – UCHILE e Universidad de Santiago de Chile – USACH, ambas no Chile, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Brasil.

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DISCENTE

O Curso de Administração Pública (CSAP) da Escola de Governo faz parte do concurso público para ingresso na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado de Minas Gerais. Assim, os mecanismos de avaliação dos alunos e as notas por eles obtidas integram o concurso público, daí a natureza especial de todo esse processo.

Os critérios de avaliação por disciplina do CSAP estão determinados tanto no Regimento Interno da Escola de Governo quanto no Regulamento do Curso. A verificação do rendimento escolar será feita por disciplina, abrangendo aspectos de frequência às aulas e aproveitamento, entendido como o resultado de avaliação do aluno nas atividades desenvolvidas na disciplina. Entende-se por frequência o comparecimento às atividades didáticas de cada disciplina, exigindo-se, para aprovação, o mínimo de 75% de comparecimento, vedado o abono de faltas. Entende-se por aproveitamento o resultado mínimo de 60,0 pontos de avaliação do aluno nas atividades desenvolvidas na disciplina.

Controle de Frequência

Entende-se por frequência o comparecimento às atividades didáticas de cada disciplina, exigindo-se, para aprovação, o mínimo de 75% de comparecimento, vedado o abono de faltas, nos termos do disposto na Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº. 04, de 16 de setembro de 1986, e na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), bem como no Regimento Interno da Escola de Governo.

O Controle da Frequência é realizado pelo professor responsável pela disciplina, por meio de chamada oral. No caso das 500 horas referentes ao Estágio Curricular Supervisionado I e II, realizadas nos órgãos e entidades que compõem a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, o Controle da Frequência é realizado pelo Tutor do Estágio por meio de controles administrativos semelhantes aos utilizados para os servidores regulares do órgão.

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DOCENTE

São realizados semestralmente levantamentos de opinião dos alunos a respeito dos aspectos didático-pedagógicos e de operação institucional do CSAP. Sendo estas informações tabuladas e informadas aos professores interessados e ao Colegiado do CSAP.

A título de exemplo, tem-se as dimensões investigadas nas últimas avaliações:

I. Gestão do Curso:

- a) Disponibilidade e Atuação da Coordenação do Curso
- b) Disponibilidade e Atuação da Coordenação de Estágio e Atividades Complementares de Graduação
- c) Atuação da Secretaria de Registro e Controle Acadêmico da Escola de Governo
- d) Atuação da Secretaria Geral da Escola de Governo
- e) Instalações físicas da Escola de Governo (banheiros, laboratórios, etc.)
- f) Infraestrutura das salas de aula da Escola de Governo
- g) Acervo e Serviços prestados pela Biblioteca da Fundação João Pinheiro
- h) Serviços terceirizados da Escola de Governo (reprografia e restaurante)
- i) clareza quanto às regras e aos procedimentos da Escola de Governo

II. Disciplinas Ofertadas e Atuação dos Professores:

- a) Transmissão de conhecimento
- b) Clareza de exposição
- c) Metodologia de avaliação utilizada
- d) Assiduidade e pontualidade
- e) Adequação da bibliografia indicada
- f) Cumprimento do programa proposto
- g) Relacionamento com os alunos
- h) Contribuição para a aprendizagem dos alunos
- i) Disponibilidade fora da sala de aula
- j) Cortesia e Educação
- k) Auto-avaliação do aluno quanto ao seu envolvimento, compromisso e assiduidade com as disciplinas cursadas
- l) Interesse em cursar/fazer outra disciplina/atividade com o professor

m) Indicação a disciplina/atividade do professor a outros alunos

Novas tecnologias e inovações didático-pedagógicas

Considera-se prática pedagógica inovadora aquela que incentiva os alunos a desenvolverem uma percepção crítica da realidade, ultrapassando dessa forma a tradicional relação de transmissão mecânica de conhecimentos, na qual o aluno nada mais é do que um receptáculo de um saber supostamente consolidado. A prática inovadora, ao contrário, resgata a dimensão criativa do processo de conhecimento e considera o aluno um agente ativo na produção do saber.

Além das aulas expositivas, o corpo docente e discente do CSAP, em conjunto com a Coordenação do CSAP e a Direção da Escola de Governo, geralmente utilizam outros métodos para abordar os conteúdos propostos nas disciplinas, destacando-se, entre outros, palestras de profissionais que atuam na respectiva área de conhecimento, práticas de jogos disciplinares e simulados, torneios de debates sobre temáticas de grande relevância social e política e práticas públicas que incentivam a prática acadêmica e profissional.

Tal procedimento mostra-se enriquecedor, uma vez que proporciona aos alunos a possibilidade do contato com pontos de vista variados acerca dos temas discutidos nas disciplinas. Além de criar oportunidade de discussão entre os alunos e pessoas que possuem experiência profissional na área, com o objetivo de desenvolver habilidades de oratória, de retórica e de argumentação, bem como de também estabelecer uma postura ética, respeitosa e digna por parte dos alunos do CSAP.

A adoção de práticas pedagógicas inovadoras encontra também no próprio processo de avaliação do desempenho dos alunos um espaço em que pode ser exercitada. O professor terá sempre a possibilidade de fazer, além de uma avaliação baseada na tradicional forma de teste individual, outros tipos de trabalhos que permitam ao aluno exercitar a sua criatividade.

Alguns exemplos de práticas avaliativas inovadoras que poderiam ser citadas seriam: a aplicação de avaliações em plataformas virtuais, como blogs, nas quais os alunos interagem entre si acerca de determinado tema e questionamento, comentando os

apontamentos e as respostas uns dos outros; e também a prática do Júri Simulado, idealizado para que todos os alunos interajam sobre determinado tema da disciplina, alguns em defesa de determinado ponto de vista e outros em refutação, outros como mediadores e testemunhas, e outros como membros do júri e juízes, de modo a incentivar e a desenvolver nos alunos as habilidades de análise crítica e de argumentação sobre qualquer tema e ponto de vista.

O Curso de Administração Pública está direcionado para a formação de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, fato que orienta o enfoque público adotado no curso pela Escola de Governo. Esse fato não impede, entretanto que práticas da organização privada sejam estudadas, para que, ao analisar aspectos de duas realidades específicas, possa o aluno compará-las e, se for o caso, até mesmo aplicar técnicas e ideias de uma e outra, se for conveniente.

A ênfase em Administração Pública também determina que os trabalhos devem proporcionar aos alunos a chance de manter um maior contato, no ambiente externo, com outros órgãos públicos. Isso ocorre por meio de visitas técnicas guiadas e realizadas ao longo das disciplinas do CSAP e de outras formas de imersão acadêmica. Ao longo do curso os alunos podem assistir a seminários relevantes, promovidos pela Fundação João Pinheiro ou pela Escola de Governo, muitas vezes em parceria com Secretarias, Ministérios e Instituições Internacionais.

Essas práticas podem ser compreendidas a partir de uma perspectiva que privilegia a busca da eficácia e eficiência nas ações do governo e dentro de seu objetivo maior: a construção de uma sociedade democrática e justa. Dentro dessas premissas, as práticas pedagógicas adotadas na Escola de Governo devem ser flexíveis, para que possam melhor se adequar à realidade dinâmica do processo de aprendizagem e de vivência em sociedade.

COORDENAÇÃO

Coordenadora: Maria Isabel Araújo Rodrigues

Titulação: Mestre em Administração Pública

Regime de Contratação: Estatutário efetivo, tempo integral

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, em exercício na Fundação João Pinheiro desde 2005; Docente no ensino superior desde 2006.

Subcoordenadora: Kamila Pagel de Oliveira

Titulação: Doutora e Mestre em Administração

Regime de Contratação: Estatutário efetivo, tempo integral

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, em exercício na Fundação João Pinheiro desde 2010; Docente no ensino superior desde 2009.

Equipe:

Bárbara Barbosa Dias dos Anjos

Lúcia Maria Jaude

Eider Max de Oliveira Gontijo

Kennedy Henrique Ferreira da Silva (Trabalhador Mirim)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Área Temática: Fundamentos Quantitativos

MATEMÁTICA: 60 horas/aula

Ementa: Funções: conceitos e definições básicas. Funções exponenciais e logarítmicas. Regras para diferenciação. Funções compostas e a regra da cadeia. Derivadas parciais. Otimização (máximos e mínimos). Otimização com restrição. Integrais e o teorema fundamental do cálculo.

Bibliografia Básica:

MORETTIN, Pedro, HAZZAN, Samuel, BUSSAB, Wilton. Cálculo funções de uma e várias variáveis. São Paulo: Saraiva, 2003.

SIMON, Carl P., BLUME, Lawrence. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004

CHIANG, Alpha. Matemática para economistas. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

ESTATÍSTICA: 60 horas/aula

Ementa: Séries estatísticas. Medidas de posição, dispersão e assimetria. Correlação e análise de regressão. Introdução à probabilidade. Distribuições mais utilizadas. Inferência e testes de hipóteses.

Bibliografia Básica:

DOANE, David P. SEWARD, Lori E. Estatística Aplicada a Administração e Economia. Quarta Edição. Artmed, 2014

MOORE, David S. A estatística básica e sua prática. Rio de Janeiro, LTC, 2014.

STEVENSON, William J. Estatística Aplicada à Administração. Edição 2001. São Paulo.: Harbra, 1981.

MATEMÁTICA FINANCEIRA: 30 horas/Aula

Ementa: Sistemas de capitalização simples e composta. Desconto e valor presente. Taxas de juros nominais e reais. Rendas constantes na capitalização composta. Amortização de empréstimos. Técnicas de análise de investimentos.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre.. Matemática financeira e suas aplicações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PUCCINI, Abelardo de Lima.. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

VIEIRA SOBRINHO, José Dultra.. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Área Temática: Finanças, Orçamento e Controle

INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE: 30 horas/aula

Ementa: Conceito, objeto; objetivo fundamental e finalidade da contabilidade; a informação contábil e suas características básicas; A contabilidade como ferramenta para tomada de decisão; Conversão as Normas Internacionais de Contabilidade; Contabilidade Gerencial X Financeira; Princípios Contábeis. Estática patrimonial: conceituação do patrimônio sob a ótica contábil e seus elementos constitutivos; configurações patrimoniais; equação fundamental. Dinâmica patrimonial: fatos contábeis e sua classificação: variações patrimoniais. Livros contábeis: Razão e Diário. Registros contábeis básicos: conta, sua conceituação, natureza, função e classificação; Plano de contas; Registros contábeis pelo método das partidas dobradas; registro de operações com mercadorias (noções básicas); Balancete de verificação; apuração de resultado. Balanço Patrimonial (elaboração) e outros demonstrativos contábeis.

Bibliografia Básica:

LDICIBUS, S.; MARION, J.C. Contabilidade comercial: atualizado conforme lei n.11635/07 e MP n.449/08. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica fácil. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIBEIRO, O.M. Contabilidade fundamental: atualizado conforme as Leis n.11.638/2007 e n.11.941/2009 e NBCS TGS convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade IFRS. 4 ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONTABILIDADE PÚBLICA: 60 horas/aula

Ementa: Contabilidade Pública: conceito importância, objetivos, campo de aplicação, requisitos fundamentais e características. O novo contexto da Contabilidade Pública e a conversão às normas internacionais; Princípios contábeis aplicados à administração pública; Atos administrativos e fatos contábeis na administração pública. Ordenador de despesas. Patrimônio público sob a ótica da contabilidade pública: conceito e classificação; aspectos qualitativo e quantitativo; variações patrimoniais no setor público; depreciação, amortização e exaustão no setor público. Exercício financeiro e regime contábil na administração pública para as receitas e despesas públicas; regime orçamentário e regime patrimonial. Sistema de informações contábeis na administração pública: subsistema orçamentário; subsistema patrimonial; subsistema de compensação; subsistema de custos. Registros contábeis: plano de contas e sua estruturação; procedimentos para registro das receitas e despesas públicas e de fatos contábeis na administração pública; balancetes de verificação. Operações e registros para encerramento de exercício e apuração do resultado. Balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e outros demonstrativos contábeis na administração pública. Indicadores de Desempenho nas demonstrações públicas.

Bibliografia Básica:

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 13. ed. - São Paulo: Atlas, 2013.

SLONSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSAS B/ifac/cfc. 3.ed. -São Paulo: Atlas,2013

Cruz, Flávio da; CICCARI JUNIOR, Adalto. Lei de responsabilidade fiscal comentada. São Paulo: Atlas, 2011.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: 60 horas/aula

Ementa: Classificações Gerais; Receitas e despesas; Planejamento e Orçamentação; O Processo orçamentário público; A elaboração e execução do orçamento; Controle da execução do orçamento. Processo orçamentário em Minas Gerais.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. Atlas, São Paulo, 16ª ed., 2012.

MARTINS DA SILVA, LINO. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. Atlas, São Paulo.

CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 60 horas/aula

Ementa: Tipos de Controle. Princípios Específicos de Controle. Rumos do Controle no Estado Democrático de Direito. O Controle Interno e o Controle Externo. O Controle exercido pelos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. O controle exercido pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas. O Controle Social e sua relevância para o Estado Democrático de Direito. O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas. A Auditoria e sua relação com o Controle.

Bibliografia Básica:

BUGARIN, Paulo Soares. O princípio constitucional da economicidade na jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Curso de Direito Administrativo. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FINANÇAS PÚBLICAS: 60 horas/aula

Ementa: Problemas envolvidos na gestão das finanças públicas. Estado e produção de bens públicos, financiamento das atividades governamentais (instrumentos da política fiscal, dívida pública, déficit e financiamento); federalismo fiscal e relações intergovernamentais. Tributação.

Bibliografia Básica:

REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2ª edição. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

GIAMBIAGI, F. e ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Cap. 21

Área Temática: Administração

TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO: 60 horas/aula

Ementa: A Administração como Ciência Social Aplicada. Gênese das organizações. Abordagem clássica. Abordagem humanística. Abordagem burocrática. Abordagem sistêmica. Abordagem contingencial. A administração contemporânea: novas formas de organização do trabalho.; estratégias organizacionais, cultura e mudança organizacional. Tendências recentes em teoria da administração.

Bibliografia Básica:

FAYOL, Henri. Administração geral e industrial. São Paulo: Atlas, 2012.

MAXIMIANO, Antônio C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à digital. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

TAYLOR, Frederic W. Princípios da Administração Científica. São Paulo: Atlas, 2012.

INFORMÁTICA APLICADA À GESTÃO PÚBLICA: 30 horas/aula

Ementa: Utilização de ferramentas de Tecnologia da Informação como base para construção de relatórios executivos/gerenciais como suporte aos processos decisórios que permeiam as instituições, com foco nas organizações públicas. A lógica, construção/concepção e o gerenciamento de banco de dados e sua interface com ferramentas avançadas do MS-Excel – Tabela Dinâmica/Macros/VBA – para análise de dados e transformação destes em informações estratégicas com ênfase no contexto da Administração Pública.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas Excel. São Paulo: Atlas, 2010. 3. ed.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

JELLEN, Bill & SYRSTAD, Tracy. Macros e VBA para Microsoft Excel. Campus. 2004.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Métodos e ferramentas para gestão de inteligência e do conhecimento. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 205-215, jul./dez. 2000. Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/200104mg/art05raimundo.pdf>>. Acesso em abril de 2012.

SILVA, Max Melquiades. Informática aplicada à gestão pública. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho, 2015. Apostila.

TORRES, Gustavo da Gama. A empresa publica de informática e informação: modelo de gestão e papel. IP Informática Publica, Belo Horizonte, v.2, n.1, p. p. 9-19, maio 2000.

Disponível em: http://www.ip.pbh.gov.br/ANO2_N1_PDF/ip0201torres.pdf. Acesso em dezembro de 2015.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. Revista Ciência Inf., Belo Horizonte, vol. 29, nº. 2, p.71-77, Ago 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

GESTÃO DE PROCESSOS E ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS: 60 horas/aula

Ementa: Estudo da estrutura das organizações públicas. Análise dos seus sistemas funcionais nas dimensões estrutural e processual. Estudo de conceitos e técnicas de organização, visando a otimização do processo gerencial, com ênfase nos processos da administração pública. Desenvolvimento de habilidades de análise para diagnóstico e formulação de processos e estruturas organizacionais. Adequação de estruturas e métodos de trabalho voltados para as demandas dos ambientes interno e externo. Estruturas Organizacionais, Departamentalização, Gestão de Processos, Rotinas, Fluxogramas, Formulários, Arranjo Físico, aplicados à administração pública.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Luis César. Gestão de processos: melhores resultados e excelência organizacional. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Administração de Processos: conceitos, metodologias, práticas. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas, Organização e Métodos - uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2003.

PAVANI JÚNIOR, Orlando; SCUCUGLIA, Rafael. Mapeamento e gestão por processos – BPM. São Paulo: M.Books Editora, 2011.

SORDI, José Osvaldo de. Gestão por processos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO: 60 horas/aula

Ementa: Visão Sistêmica em Logística e Cadeias de Suprimentos. O desenvolvimento histórico da logística e perspectivas. Logística Privada e Logística Pública. A Administração de Materiais: metodologias de gestão; análise de custos e possibilidades de inovação, compras, compras públicas, legislação; Planejamento organizacional e a interface com a logística; Temas especiais de logística.

Bibliografia Básica:

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: uma abordagem logística. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1993.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2001

POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2010

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2012

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: 60 horas/aula

Ementa: Tendências e desafios da gestão de pessoas no setor público. Subsistemas de gestão de pessoas: provisão, desenvolvimento, desempenho, compensação, relações humanas e sociais. Políticas e práticas inovadoras de gestão de pessoas no setor público. Políticas e práticas de gestão de pessoas no Estado de Minas Gerais.

Bibliografia Básica:

GAULEJAC, Vincent de. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Idéias e Letras, 2007. 344 p.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002

MARCONI, N. Políticas Integradas de Recursos Humanos para o setor Público. Disponível em <http://www.top.org.ar/Publicac.htm>. Acesso em 15/10/2008.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA ELETRÔNICA: 60 horas/aula

Ementa: Informação e gestão organizacional. Processo decisório e características da informação. Inteligência organizacional. Gestão da informação: o ciclo de gerenciamento de informação. Sistemas de Informação Gerenciais. Sistemas de Gestão Integrada. Estudo de processos de implantação de sistemas e engenharia de software. Perspectivas da gestão de informações no setor público. Informação, cidadania e democracia. Experiências de governo eletrônico no setor público. Transparência e acesso à informação.

Bibliografia Básica:

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura : A sociedade em rede.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. v.1.

CHOO, C. W. **Organização do conhecimento.** São Paulo: Senac, 2004.

LAUDON, Keneth C; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informações gerenciais: administrando a empresa digital.** São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MCGEE, James V.; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica.** 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. xviii, 244p.

GESTÃO DE PROJETOS: 60 horas/aula

Ementa: Administração de projetos no setor público. Gestão de projetos e o ciclo de políticas públicas. Desenvolvimento do projeto; as áreas e processos de gerenciamento de projetos; ciclo de vida de projetos. A análise do portfólio de projetos. O gerenciamento da interface de Programas. Escritório de Projetos.

Bibliografia Básica:

PFEIFFER, Peter. **Gerenciamento de Projetos de Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

RABECHINI JÚNIOR, R. e CARVALHO M.M. **Fundamentos em Gestão de Projetos: Construindo competências para gerenciar projetos.** São Paulo. Atlas, 2011

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Administração de projetos: como transformar idéias em resultados.** São Paulo: Atlas, 2002.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: 60 horas/aula

Ementa: Conceitos básicos da Psicologia Organizacional e sua relação com a teoria e a prática da administração. Técnicas de chefia, liderança e negociação. Saúde Mental e Trabalho. Assédio Moral no Trabalho. Preconceito e Diversidade nas Organizações.

Bibliografia Básica:

BOCK, A M; FURTADO, O ; TEIXEIRA, Mª L. **Psicologias: Uma Introdução ao estudo da psicologia.** São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

ROBBINS, Stephen Paul. **Comportamento organizacional.** 11.2 Ed.– São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

TORRES, Cláudio Vaz, NEIVA, Elaine Rabelo. **PSICOLOGIA SOCIAL: principais temas e vertentes.** Porto Alegre: Arned, 2011.

Área Temática: Gestão Pública

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 60 horas/Aula

Ementa: A história do pensamento sobre administração pública. O modelo burocrático e sua crise. Reforma do Estado e introdução de mecanismos do setor privado na administração pública. Princípios da Nova Gestão Pública. As limitações destas inovações e as especificidades do setor público. Inovações e tendências recentes em uma perspectiva comparada. As reformas administrativas no Brasil. Iniciativas de Reforma em Minas Gerais.

Bibliografia Básica:

L.C.Bresser e SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Brasília: ENAP, 1995

PAULA, A.P.P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. São Paulo: FGV Editora, 2005.p.135-151.

LOUREIRO, Maria Rita (org); ABRUCIO, Fernando Luiz (org); PACHECO, Regina Silvia (org). Burocracia e Política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2010

POLÍTICAS PÚBLICAS: 60 horas/aula

Ementa: As políticas públicas e a relação entre ação governamental e processos políticos. Teorias, modelos e conceitos de análise das políticas públicas. Ação governamental e o ciclo de políticas. Teorias da implementação. Utilização de modelos na análise de políticas públicas.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Intervenção com foco nos resultados: elementos para o desenho e avaliação de projetos sociais In: CARNEIRO, Carla B. L COSTA, Bruno L. D.. Gestão Social: o que há de novo?. v2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de dados e Aplicações. Ed. Alínea. Campinas - SP. 2006.

BRASIL, Flavia de Paula Duque. A participação cidadã nas políticas sociais e na gestão de programas e projetos: potências e desafios. In: Fahel, Murilo (Org.); Neves, Jorge Alexandre Barbosa (Org.) .Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2007.

MENICUCCI, T. e BRASIL, Flávia. Construção de Agendas e Inovações Institucionais: análise comparativa da Reforma Sanitária e da Reforma Urbana. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1167&Itemid=353

GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO: 30 horas/aula

Ementa: As novas tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea, num contexto democrático e como um dos elementos da reforma do Estado. Democracia e governança. Descentralização e desconcentração. Intersetorialidade. Parcerias, redes e participação da sociedade. Responsabilidade pública: as novas formas de accountability. A relação público/privado na produção de serviços públicos. Experiências inovadoras de gestão pública.

Bibliografia Básica:

L.C.Bresser e SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados: quando o estado se compromete.

Tradução: Maria Luiza de Carvalho. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Enap. 2010

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2005.

PLANEJAMENTO DE GOVERNO: 60 horas/aula

Ementa: Conceitos básicos. Gênese do planejamento na esfera pública e trajetória do planejamento governamental no Brasil. Principais metodologias e instrumentos de Planejamento. Planejamento estratégico no setor público. Experiências

recentes de planejamento. A centralidade dos Planos Plurianuais no atual modelo de planejamento brasileiro: avanços e desafios. Relação do Plano Plurianual de Ação com o planejamento de longo prazo.

Bibliografia Básica:

OSBORNE, David. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação, 1995. 438p.

MINTZBERG, Henry; AHSLTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000. * Acesso: biblioteca e/ou centro de informação.

SERRA, Alberto. Modelo de gestão para resultados no setor público. Natal, RN: SE ARH/RN, 2008. 140p.

TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados: quando o estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001. 320p.

REGULAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: 60 horas/aula

Ementa: Visão tradicional do papel do Estado na regulação e na produção de serviços de utilidade pública. Avanços teóricos recentes e novas visões acerca da regulação. Novo institucionalismo econômico e custos de transação. Agências reguladoras, desregulamentação, privatização e modelos regulatórios alternativos. Inovações na produção, na gestão de serviços públicos e nos modelos regulatórios. Trajetórias internacionais e brasileira.

Bibliografia Básica:

1- TEORIA TRADICIONAL DE REGULAÇÃO

FIANI, Ronaldo. Afinal, a quais interesses serve a regulação? Economia e Sociedade, v.13, no.2(23), jul-dez/2004. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643054/10606>

RAMALHO, Pedro Ivo Sebba (org.) Regulação e agências reguladoras: Governança e análise de impacto regulatório. Brasília, ANVISA, 2009. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/regulacao.pdf>

2- ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

PONDÉ, J.L.; FAGUNDES, J.; POSSAS, M. Custos de transação e política de defesa da concorrência. Economia Contemporânea, no.2, jul-dez/1997. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.2_04_Custos_de_transacao_e_politica_de_defesa_da_concorrenca.pdf

3- INTRODUÇÃO A TEORIA DOS JOGOS

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Microeconomia. Cap. 13. São Paulo, Makron, 1999.

VARIAN, Hal, Microeconomia: Princípios básicos. Cap. 28. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.

2- CONTRATOS E MODELO AGENTE-PRINCIPAL

BURGESS, S.; RATTO, M. The role of incentives in the public sector: Issues and evidence. Oxford review of economic policy, vol.19, no.2, 2003. Disponível em: <http://oxrep.oxfordjournals.org/content/19/2/285.full.pdf+html>

DIXIT, Avinash. Power of incentives in private versus public organizations. American Economic Review, vol.87, no.2, may/1997. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2950949?seq=1#page_scan_tab_contents

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Microeconomia. Cap. 17. São Paulo, Makron, 1999.

VARIAN, Hal, Microeconomia: Princípios básicos. Cap. 36. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.

3- TEORIAS DE ESCOLHA PÚBLICA E REGULAÇÃO

BASSO, Leonardo Fernando Cruz; SILVA, Marcelo Roque. Reflexões sobre a regulamentação. In Revista de Administração Contemporânea, 4, no. 2, mai-ago/2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552000000200005

BREGMAN, Daniel. Algumas questões sobre a captura regulatória. Rio de Janeiro, Seminário internacional Reestruturação e regulação do setor de energia elétrica e gás natural. Agosto/2006. Disponível em: http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/eventos/seminariointernacional/2006/artigos/pdf/Daniel_Bregman.pdf

GONÇALVES, Ricardo M. P. A captura regulatória: Uma abordagem introdutória. CEDIPRE Online no.25. Coimbra, Faculdade de direito da Universidade de Coimbra, set/2014. Disponível em: http://www.fd.uc.pt/cedipre/publicacoes/online/public_25.pdf

HART, O. Incomplete Contracts and Public Ownership: Remarks and na Application to Public-Private Partnerships. In The Economic Journal, Vol.113, No. 486. mar/2003. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-0297.00119/abstract>

MAJONE, Giandomenico. Do estado positivo ao estado regulador. In MATTOS, Paulo (org.) Regulação econômica e democracia: O debate norte-americano. São Paulo, Ed. Singular, 2006.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. Reinventando o governo. Brasília, M.H. Comunicações, 1995.

POSNER, Teorias de regulação econômica. In MATTOS, Paulo et. al. (org.) op. cit.

STIGLER, George J. A teoria da regulação econômica. In MATTOS, Paulo et al. (orgs.) op. cit.

4- REGULAÇÃO DE SETORES ESPECÍFICOS

AMARAL, Delcídio; JEREISSATI, Tasso. Autonomia, transparência e prestação de contas – Revendo a governança das agências regulatórias. In: SALGADO, Lúcia Helena; MOTTA, Ronaldo Seroa (Eds.). Marcos regulatórios no Brasil: Incentivos ao investimento e governança regulatória. Rio de Janeiro, IPEA, 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5571

CONSIDERA, Claudio. A defesa da concorrência no Brasil. In Revista FAE Bussiness, no.4, dez/2002. Disponível em: <http://img.fae.edu/galeria/getImage/1/16578657468215246.pdf>

FARINA, Elizabeth M. M. Q.; SCHEMBRI, Antonina. Desregulamentação: A experiência norte-americana. In Pesquisa e planejamento econômico, vol.20, no.2, ago/1990. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4912>

GIAMBIAGI, Fábio et. al. Economia brasileira contemporânea: 1945-2010. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. Políticas de defesa da concorrência e de regulação econômica: As deficiências do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Revista de Administração Contemporânea, v.10, n.2, abr-jun/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v10n2/a04.pdf>

MELO, Marcus André. As agências regulatórias: Gênese, desenho institucional e governança. In: ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita (orgs.). O estado numa era de reformas: Os anos FHC. Brasília, MP, SEGES, 2002. Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/oestadonumaeraderformasosanosfhcparte1.pdf

NEPAL, R.; JAMASB, T. Caught between theory and practice: Government, market, and regulatory failure in electricity sector reforms. Economic analysis and policy, vol.46,

jun/2015. Disponível em:
<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0313592615000090>
SALGADO, Lúcia Helena; MOTTA, Ronaldo Seroa. Introdução. In: SALGADO, Lúcia Helena; MOTTA, Ronaldo Seroa (Eds.). Regulação e concorrência no Brasil: Governança, incentivos e eficiência. Rio de Janeiro, IPEA, 2007. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3164?locale=pt_BR
SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, C. O. Defesa da concorrência no Brasil: Eficiência econômica na análise do preço predatório. In *Análise*, Porto Alegre, v.20, no.1, pp.123-137, jan-jun/2009. Disponível em
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/face/article/view/5276>

GESTÃO MUNICIPAL: 60 horas/aula

Ementa: Os novos papéis dos governos locais e a ampliação da agenda local. Descentralização e relações inter-governamentais. Competências e atribuições municipais. Perfil do município brasileiro. Inovações nas políticas locais. Organização municipal. Planejamento municipal e seus instrumentos. Gestão financeira e tributária de políticas locais. Políticas urbanas e ambientais locais: seus marcos legais e instrumentos de ação.

Bibliografia Básica:

LUCAS, L. P.V. Qualidades: poder local e qualidade na administração pública. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006, 232 p
Rezende, João Batista. Administração pública em municípios de pequeno porte do sul de Minas Gerais: velhas questões, modernas leis e práticas patrimonialistas . Disponível em http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/2976/1/TESE_Administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20em%20munic%C3%ADpios%20de%20pequeno%20porte%20do%20Sul%20de%20Minas%20Gerais.pdf> Acesso em: 10 jul. 2016
CARVALHO, A. X. Y.; ALBUQUERQUE, C. W. Dinâmica dos municípios. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5580. Acesso em: 20 jun. 2016
VELOSO, J. F. A.; MONASTÉRIO, L. M.; VIEIRA, R. S.; MIRANDA, R. B. (Orgs) Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10200. Acesso em: 4 jul.2013.
FAHEL, M. e NEVES, J.A. Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil. BH: PUC-Minas, 2007
PAES DE PAULA, A. P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p.

AVALIAÇÃO SOCIAL DE PROJETOS: 30 horas/aula

Ementa: A importância da avaliação na gestão pública. O papel da avaliação no ciclo da política pública. Institucionalização da avaliação de programas. Contextos e passos para avaliações sob constrangimentos orçamentários, de tempo, de disponibilidade de dados e políticos (agências de financiamento, instâncias governamentais e outros públicos interessados). Avaliações do desenho do programa e do sistema de gestão. Tipos de desenhos para avaliação de resultados de programas e projetos: limites e vantagens relativas para validar as conclusões.

Bibliografia Básica:

COHEN, Ernesto. Avaliação de projetos sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 312 p.
FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2007. 424 p.
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 396 p.
RABECHINI JÚNIOR, Roque; CARVALHO Marly Monteiro de. Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2015. 482 p.

PROJETO APLICADO I: 30 horas/aula

Ementa: Aplicação de conceitos aprendidos em sala de aula. Articulação dos conteúdos das diferentes disciplinas com as experiências do serviço público, propondo ações concretas de melhoria, com foco no contexto de Minas Gerais.

Bibliografia Básica: Definida conforme o conteúdo ofertado (Identificada semestralmente no Plano de Ensino da disciplina).

PROJETO APLICADO II: 30 horas/aula

Ementa: Aplicação de conceitos aprendidos em sala de aula. Articulação dos conteúdos das diferentes disciplinas com as experiências do serviço público, propondo ações concretas de melhoria, com foco no contexto de Minas Gerais.

Bibliografia Básica: Definida conforme o conteúdo ofertado (Identificada semestralmente no Plano de Ensino da disciplina).

PROJETO APLICADO III: 30 horas/aula

Ementa: Aplicação de conceitos aprendidos em sala de aula. Articulação dos conteúdos das diferentes disciplinas com as experiências do serviço público, propondo ações concretas de melhoria, com foco no contexto de Minas Gerais.

Bibliografia Básica: Definida conforme o conteúdo ofertado (Identificada semestralmente no Plano de Ensino da disciplina).

Área Temática: Sociologia e Política**FILOSOFIA POLÍTICA: 60 horas/aula**

Ementa: A concepção da política na modernidade, vista a partir de seus principais pressupostos e conceitos teóricos. As principais tradições e correntes teóricas da filosofia política contemporânea.

Bibliografia Básica:

AVRITZER. Dimensões Políticas da Justiça. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013
CONSTANT. A liberdade dos antigos comparada à dos modernos. São Paulo: Atlas, 2015
SANDEL, Michel. Utilitarismo: Justiça, o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL: 60 horas/aula

Ementa: Formulações clássicas da ciência social brasileira. Discussão dos grandes modelos interpretativos que problematizam a formação e o desenvolvimento da sociedade e do Estado, com o intuito de oferecer ao aluno uma visão introdutória, informada e crítica, sobre os desafios atuais da sociedade brasileira.

Bibliografia Básica:

Ricupero, Bernardo. “Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil”. São Paulo, Ed. Alameda, 2007

Botelho, André; Schwarcz, Lilia Moritz. (orgs.) “Um Enigma Chamado Brasil”. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2009.

Faoro, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012. 929 p.

SOCIOLOGIA: 60 horas/Aula

Ementa: Conceitos básicos da sociologia – ordem, controle e coesão social, socialização, papéis, estratificação, ação e relação social, dominação, comunidade e sociedade, modernidade – a partir dos clássicos da sociologia. Análise da pobreza e da desigualdade como fenômeno social e objeto de análise da sociologia e como campo de ação para as políticas públicas.

Bibliografia Básica:

GIDDENS. Sociologia. Capítulos selecionados. Ed. Penso, 2012

Weber, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo.

Weber, Max. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982

TEORIA POLÍTICA: 60 horas/Aula

Ementa: Conceitos e métodos na ciência política. Teoria democrática contemporânea. Representação e participação. O papel das instituições no processo político. Sistemas eleitorais e partidários. Sistemas e formas de governo.

Bibliografia Básica:

WEBER, M. A política como vocação. In: _____. Ciência e Política — duas vocações. São Paulo: Cultrix, s/d.

Avelar, Lúcia (Org.); Cintra, Antônio Octavio (Org.) Sistema político brasileiro : uma introdução. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung

Nicolau, Jairo. Sistemas eleitorais. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012

POLÍTICA BRASILEIRA: 60 horas/aula

Ementa: Os processos de formação do Estado e da sociedade brasileiros. A natureza das instituições políticas no Brasil e suas conexões com a dinâmica e as estruturas sociais. Relações entre estado, mercado e democracia. Inovações institucionais e participação política. Sistemas eleitorais e partidários no Brasil. As relações entre executivo, legislativo e judiciário no Brasil. Federalismo no Brasil.

Bibliografia Básica:

Nunes, Edson "A Gramática Política do Brasil, Rio De Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2003.

Abrucio, Luiz Fernando "Os Barões da Federação : os governadores e a redemocratização brasileira", São Paulo, Ed. Hucitec, 1998

Figueiredo, Argelina Cheibub e Limongi, Fernando "Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES: 60 horas/aula

Ementa: Inserção das organizações na sociedade moderna e as relações de poder no contexto organizacional. A diversidade das estruturas organizacionais e da relação da estrutura formal com as atividades práticas organizacionais. As relações entre organizações e ambiente social, com especial atenção para o

modelo de análise institucional. As tendências mais recentes na teoria organizacional.

Bibliografia Básica:

MARCH, J. G. E SIMON, A. H. Teoria das organizações. Fundação Getúlio Vargas, 1975
BALCÃO, Yolanda Ferreira, CORDEIRO, Laerte Leite. O Comportamento Humano na Empresa. Fundação Getúlio Vargas
GARETH, Morgan. Imagens da Organização. Editora Atlas, 2009

POLÍTICAS SOCIAIS: 60 horas/aula

Ementa: A trajetória das políticas sociais no Brasil. Estrutura e mudanças no Estado do Bem-Estar Social. Marco legal, desenho institucional e pressupostos conceituais das políticas sociais. Agenda atual e principais desafios das políticas sociais.

Bibliografia Básica:

DELGADO, Mauricio G. e PORTO, Lorena V. O Estado de Bem-estar social no século XXI, São Paulo Ed. LTr, 2007
BIDERMAN, C. e AVARTE, Paulo. Economia do Setor Público no Brasil. São Paulo, Ed. Elsevier, 2005.
CAMARANO, A. Amélia. Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?
SEN Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
JACCOUD, Luciana. Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5491
BARROS, Ricardo Paes, CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. Texto para discussão No 985 IPEA, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0985.pdf

ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO: 30 horas/aula

Ementa: Razões morais e dilemas para a ação na esfera pública em diferentes tradições: ética deontológica, utilitarismo e a distinção weberiana entre convicção e responsabilidade. Instituições, corrupção e controle público. Transparência, informação e democracia. Universalismo, impessoalidade, mérito e publicidade.

Bibliografia Básica:

MACHIAVELLI, Nicolló. O príncipe. Curitiba: Juruá, 2012.
WEBER, Max. Ciência e Política: Duas Vocações. Cultrix, 2002.
WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

Área Temática: Economia

MICROECONOMIA: 60 horas/Aula

Ementa: Especialização e ganhos de comércio: a teoria das vantagens comparativas. Demanda, oferta e o mecanismo de mercado. O conceito de elasticidade e suas aplicações. Introdução à teoria do consumidor. Custos de produção no curto e no longo prazo. Estruturas de mercado (concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística). Mercados, eficiência, equidade na perspectiva da Economia do Bem-Estar. Introdução às falhas de mercado e suas possíveis correções.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. G. Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2001. (ou edições superiores)

MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia. 6ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PINDYCK, R.; D. RUBINFELD. Microeconomia. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Prentice-Hall, 2002. (ou edições superiores)

MACROECONOMIA: 60 horas/aula

Ementa: Mensuração dos agregados macroeconômicos. Poupança, investimento e taxa de juros. Demanda agregada, curva de Phillips e modelos DSGE. Mercados financeiros e investimento nos modelos pós-Keynesianos. Paridade do poder de compra, fluxos de capital e taxas de câmbio.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC Editora.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. São Paulo: Pearson Trentice Hall.

FROYEN, R. T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO: 60 horas/aula

Ementa: Mercados, eficiência e equidade na perspectiva da economia do bem estar. Falhas de mercado: concorrência imperfeita e monopólio natural, externalidades, bens públicos e recursos de propriedade comum. A evolução do papel do Estado na economia. Gastos públicos: evolução e determinantes.

Bibliografia Básica:

Biderman, Ciro; Arvate, Paulo Shapiro . Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier.

Riani, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: LTC

SOUZA, Nilson Araújo de. Economia Brasileira contemporânea, de Getúlia a Lula

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: 30 horas/aula

Ementa: Fundamentos do desenvolvimento; Prosperidade e crescimento dos países; Reflexão sobre as políticas de promoção do desenvolvimento: o papel do Estado; o papel do mercado; a política econômica. A dimensão institucional do desenvolvimento: capacidade do Estado; instituições e valores e Capital social; Experiências comparadas de promoção do desenvolvimento; Exemplos clássicos. Tendências recentes no desenvolvimento: Novos casos de sucesso; Fatores recentes importantes para o desenvolvimento das nações; Desenvolvimento Regional e Políticas de desenvolvimento em Minas Gerais; Desenvolvimento Local.

Bibliografia Básica:

GERSCHENKRON, A. O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015

NAYYAR, D. A corrida pelo Crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2015.

JONES, Charles Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. Rio de Janeiro: ed. Campus.

ECONOMIA BRASILEIRA: 60 horas/aula

Ementa: A economia brasileira contemporânea. Evolução da economia brasileira entre as décadas de 1940 e 1980. O modelo de substituição de importações. A crise dos anos 80. Os desafios para a estabilização econômica. O Plano Real. A política econômica nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula. Os desafios econômicos do governo Dilma: questão fiscal, spread bancário, financiamento do desenvolvimento, reforma tributária, desindustrialização, política industrial, infraestrutura e inovação. Os desafios para fortalecer o desempenho da economia brasileira.

Bibliografia Básica:

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
LACERDA, Antônio Correia . Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2013.
PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

*Área Temática: Direito***INTRODUÇÃO AO DIREITO: 45 horas/aula**

Ementa: Direito e Democracia. Estado de Direito. Paradigmas jurídicos: Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito. Gestão Pública contemporânea e Direitos Fundamentais. Ordenamento Jurídico. Norma Jurídica. Hermenêutica jurídica.

Bibliografia Básica:

GUSMÃO, Paulo Dourado. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2007.
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. , São Paulo, Atlas, 2007.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo, Atlas, 28ª edição, 2015.
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 2009. 33ª ed. Malheiros Editores.
MORAES, Alexandre de. Direito constitucional administrativo, São Paulo, Atlas, 2007.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 60 horas/Aula

Ementa: Conceito e origem do direito constitucional. Tipos de constituição. Formação e tipos de Estado e de Governo. O poder constituinte e os poderes constituídos. O Preâmbulo da Constituição. Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização Político-Administrativa (arts. 18 a 33 CRF/88). Da Organização dos Poderes. Do Processo Legislativo.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2007.
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas.
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2007.

DIREITO ADMINISTRATIVO I: 60 horas/aula

Ementa: Origem, objeto e conceito do Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Ato Administrativo. Organização Administrativa. Terceiro

Setor. Licitações, Contratos Administrativos e Convênios. Responsabilidade Extracontratual do Estado.

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Atlas.

DIREITO ADMINISTRATIVO II: 60 horas/aula

Ementa: Agentes Públicos: definição e classificação. Direito Administrativo da Função Pública. Serviços Públicos. Concessão e Permissão de Serviços Públicos. A regulação do Serviço Público na Constituição e na legislação pertinente. A intervenção do Estado na propriedade. Bens Públicos. Processo administrativo.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2012

Área Temática: Metodologia

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO: 30 horas/aula

Ementa: A natureza do conhecimento científico. Indutivismo, falsificacionismo e critério de demarcação. Teoria e empiria na produção do conhecimento científico. Noções de normalização.

Bibliografia Básica:

ADORNO, Theodor Wiesengrund. et HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

WEBER, Max. Ensaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À GESTÃO PÚBLICA: 60 horas/aula

Ementa: Construção e interpretação de números-índices. Metodologias para a criação de indicadores sociais e econômicos na realização de diagnósticos e na definição de prioridades de política. Bases de dados e fontes de informação para a pesquisa social e econômica no Brasil. Os Registros Administrativos do Governo.

Bibliografia Básica:

TOLEDO, Geraldo L e Ovalle, Ivo I. Estatística Básica. 2ª Edição, Editor Atlas, São Paulo, 2010.

JANNUZZI, Paulo de M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Alínea Editora, Campinas, SP, 2001.

TRIOLA, M. Introdução à Estatística, sétima edição, Ed. LTC, Rio de Janeiro, 1991.

METODOLOGIA CIENTÍFICA: 30 horas/aula

Ementa: Principais elementos do desenho de pesquisa científica: problemas, variáveis e hipóteses. A relação entre variáveis. Mensuração e operacionalização. Estratégias de pesquisa social e econômica.

Bibliografia Básica:

SPINK, Peter Kevin, O PESQUISADOR CONVERSADOR NO COTIDIANO Psicologia & Sociedade [en línea] 2008, 20 (Sin mes) : [Fecha de consulta: 15 de julio de 2016] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326473010>> ISSN 0102-7182

MARCONI, M. A. LAKATOS, E.M. Técnicas de Pesquisa. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008 MARCONI, M. A. LAKATOS, E.M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

FANNING, E. Formatting a Paper-based Survey Questionnaire: Best Practices. Pratical Assessment, Research and Evaluation. Volume 10 Number 12, August 2005. ISSN 1531-7714. Disponível em: <<http://pareonline.net/getvn.asp?v=10&n=12>>. Acesso em 01 ago. 2015

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª. Ed.. São Paulo: Cortez Editora, 2007. SCHEUREN, F. What is a Survey. American Statistical Association. Disponível em: <<http://www.amstat.org/sections/srms/pamphlet.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2015.

METODOLOGIA DE PESQUISA: 60 horas/aula

Ementa: Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais. Investigação no campo das organizações e no setor público. Técnicas de coleta e análise de dados. Elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

HAIR, Jr. Joseph F. et alli. Fundametos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Integração e Desenvolvimento Profissional I: 30 horas

Ementa: Realização de atividades acadêmicas, visando à identificação do conjunto de competências necessárias à atuação do Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Orientação e treinamento para uma efetiva integração e um adequado desenvolvimento profissional. Acompanhamento da elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

Constituição do Estado de Minas Gerais

Lei Delegada n. 126/2007

Lei Delegada n. 179/2011

Lei Estadual n. 18.974/2010

Resolução SEPLAG n. 001/2013

Competências Essenciais dos Servidores do Estado de Mians Gerais – cartilha completa. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/572935-GESTAO-DE-PESSOAS-POR-COMPETENCIA-CARTILHA-COMPLETA-005/>>.

Integração e Desenvolvimento para o Trabalho II: 30 horas

Ementa: Realização de atividades acadêmicas, visando à identificação do conjunto de competências necessárias à atuação do Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Orientação e treinamento para uma efetiva integração e um adequado desenvolvimento para o trabalho. Acompanhamento da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

Constituição do Estado de Minas Gerais

Lei Delegada n. 126/2007

Lei Delegada n. 179/2011

Lei Estadual n. 18.974/2010

Resolução SEPLAG n. 001/2013

Competências Essenciais dos Servidores do Estado de Minas Gerais – cartilha completa.

Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/572935-GESTAO-DE-PESSOAS-POR-COMPETENCIA-CARTILHA-COMPLETA-005/>>.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

AUDITORIA OPERACIONAL: 30 horas/aula

Ementa: Origem e evolução da auditoria. Fundamentos da auditoria. Normas e procedimentos de auditoria. Tipos e formas de auditoria. Evolução da auditoria operacional. Objetivos, dificuldades para realização e fases da auditoria operacional. Técnicas e procedimentos de auditoria operacional. Qualidade da auditoria.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Marcelo C. Auditoria: Um Curso Moderno e Completo. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 1988.

COLELLA, Victor, Auditoria - Controle Interno e Estoque. São Paulo, Editora Saraiva, 1986.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 1989.

FRANCO, Hilário, MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil. São Paulo: Atlas S.A, 1982.

Instituto Brasileiro de Contadores. Curso Básico de Auditorias. São Paulo. Atlas, 1989.

Instituto dos Auditores Internos do Brasil - Procedimentos de Auditoria Interna. São Paulo, 1990.

KHAIR, Antônio Amir. “Gestão Fiscal Responsável” – Simples Municipal – Guia de Orientação para as Prefeituras. Ano 2001- BNDES- pp.23-34.

REZENDE, João Batista. Técnicas de Amostragem. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

RIBEIRO, Sheila Maria Reis – Controle Interno e Paradigma gerencial – Textos para discussão – ENAP – Julho/1997 – Brasília,DF.

SILVA, Lino Martins da. O Controle Interno no Setor Público: Situação, Reforma e Constituinte. Conferência no 7º Congresso Nacional de Administração Fazendária. Rio de Janeiro, 1986.

GESTÃO DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO: 30 horas/aula

Ementa: Contabilidade de custos: objeto, função e objetivo; classificação dos custos. Marco legal: preceitos legais sobre custos no setor público brasileiro. Experiências de gestão de custos na administração pública brasileira. Terminologia utilizada pela contabilidade de custos. Centros de custos e centros

de resultados: Classificação e delimitação. Sistemas de custos. Métodos de custeio: Custeio por Absorção Tradicional; Custeio Direto; Custeio Variável; Custeio Baseado em Atividade (Custeio ABC). Informação de custos e sua utilização na gestão pública. Modelo(s) de mensuração de custos na administração pública (exemplificação da aplicação no setor público).

Bibliografia Básica:

BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública. Gestão de Custos no setor Público. Brasília: Enap, 2001. 26f. (Texto para discussão; 41).

DUTRA, René Gomes. Custos: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas. 2010

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Wellington. Métodos de custeio comparados: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. São Paulo: Atlas. 2010.

MAUSS, Cezar Volnei; SOUZA, Marcos Antônio. Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência governamental. São Paulo: Atlas, 2008.

NUNES, Marcos Alonso. Custos no serviço público. Brasília: Enap, 1008. 34 f. (Texto para discussão; 31).

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins. Contabilidade de custos para não contadores. São Paulo: Atlas, 2007.

ECONOMIA MINEIRA: 30 horas/aula

Ementa: Raízes históricas (décadas de 30 e 40 - década de 50 - montagem de infraestrutura. A década de 60 - setores agrícola e industrial. Década de 70 - a arrancada industrial mineira. Estrutura produtiva e sua evolução. Inserção da Economia Mineira. Desigualdades Regionais. Políticas de Desenvolvimento para Minas Gerais.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG-PROED, 1981.

DINIZ, Clélio Campolina. Minas Gerais na divisão inter-regional do trabalho no Brasil: alterações recentes e perspectivas. In: Anais do IV Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG / CEDEPLAR, 1988.

DINIZ, Clélio Campolina. Economia e planejamento em Minas Gerais: notas para discussão. In: DULCI, Otávio; PAIVA, Paulo de Tarso Almeida (Org.). 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira - 1982-2002: coletânea de trabalhos. Vol. 3. Belo Horizonte: UFMG/Face/Cedeplar, 2002.

OLIVEIRA, F. A., SIQUEIRA, W. B. (Org.). As Muitas Minas: ensaios sobre economia Mineira. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia, Minas Gerais, 2010.

BDMG. Minas Gerais no Século XXI. Belo Horizonte. Rona Editora, 2002 Volumes I, II e III.

FEDERALISMO E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS: 30 horas/aula

Ementa: O contrato federativo, cooperação e conflito. Descentralização e relações intergovernamentais: autonomia, distribuição dos encargos e mecanismos de financiamento. Arranjos verticais e horizontais de coordenação intergovernamental na gestão das políticas públicas. Interpretações sobre o Brasil.

Bibliografia Básica:

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os laços federativos brasileiros: avanços, obstáculos e dilemas do processo de coordenação intergovernamental. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

ABRUCIO, Fernando Luiz; Costa, Valeriano, M. f. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. Pesquisa n. 12, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1999.

ARRETCHE, Marta. Estado Federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000, Parte I.

ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, Ed. FGV, 2012.

MELO, Marcus André. Crise federativa, guerra fiscal e "hobbesianismo municipal": efeitos perversos da descentralização? São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 11-20, jul set 1996.

REZENDE, Fernando; Oliveira, Fabrício Augustot (orgs). Descentralização e federalismo fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2003, Parte II

STEPAN, Alfred. Para uma análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do demos. Dados, vol. 42, n. 2, p. 197-251, 1999

VARGAS, Neide C. A descentralização e as teorias do Federalismo Fiscal. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 1, junho/2011.

MARKETING NO SETOR PÚBLICO: 60 horas/aula

Ementa: Conceitos fundamentais do marketing, gestão de produtos, marketing de serviços, preços, distribuição, promoção e comunicação com o público-alvo, melhoria dos serviços ao cidadão e marketing social.

Bibliografia Básica:

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. Marketing no setor público. Um guia para o desempenho mais eficaz Porto Alegre: Ed. Bookman, 2008.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 3.0: As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LEVITT, Theodore. Miopia em Marketing. Harvard Business Review, vol.38 (jul-ago/1960).

MACHADO, Marco Antônio. O que é marketing. Mimeo.

MADRUGA, Roberto Pessoa et al. Administração de marketing no mundo contemporâneo. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NEGOCIAÇÃO: 30 horas/aula

Ementa: Negociação: conceitos e vertentes. Poder e Conflito. Negociação e Regulação. Processos de negociação. Relações de trabalho e negociação. Representação dos trabalhadores e negociação coletiva. Tendências recentes em negociação.

Bibliografia Básica:

BAZERMAN, Max H.; NEALE, Margaret A. Negociando Racionalmente. São Paulo: Atlas, 1998.

BUBRIDGE, R. Marc (Org.). Gestão de Negociação. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHAL, Eugênio (Org.) Negociação e Administração de Conflito. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FISCHER, Roger, URY, William; PATTON, Bruce. Como Chegar ao Sim: a negociação de acordos sem concessões. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

JUNQUEIRA, Luis A. Costacurta. Negociação: tecnologia e comportamento. Rio de Janeiro: COP Editora, 1998.

LEMPEREUR, Alain; COLSON, Aurélien; DUZERT, Yann. Método de Negociação. São Paulo: Atlas, 2009.

PAGÉS, Max et all. O poder das organizações. São Paulo: Atlas, 1987.

SHELL, G. Richard. Negociar É Preciso: estratégias de negociação para pessoas de bom senso.. São Paulo: Negócio Editora, 2001.

SILVA, Eduardo; REIS, João Jose. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STONE, Douglas; PATTON; Bruce; HEEN, Sheila. Conversas Difíceis. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SUSSKIND, Lawrence; CRUIKSHANK, Jeffrey; DUZERT, Yann. Quando a Maioria Não Basta: método de negociação coletiva para a construção de consenso. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

THOMPSON, Leigh. O Negociador. São Paulo: Prentice-Hall, 2009.

URY, William. O Poder do Não Positivo: como dizer não e ainda chegar ao sim. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS: 30 horas/aula

Ementa: Análise de processos que conduzem à expansão dos Direitos de Cidadania. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira. Políticas Públicas e Direitos Humanos. Direitos civis e políticos. Direitos Econômicos, sociais e culturais. Questões e elementos de análise de políticas e de gestão pública com foco no crescimento da violência (urbana e rural), da segurança pública e da justiça social, de preconceitos na convivência com deficientes e idosos, desde a escola até o mercado de trabalho. Barreiras humanas e políticas públicas específicas (crianças, adolescentes, mulheres, refugiados, migrantes, populações indígenas, entre outros).

Bibliografia básica:

ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. Os Direitos Humanos na Sala de Aula: A Ética Como Tema Transversal. São Paulo: Moderna, 2001.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações sociais. São Paulo: Ática, 2002.

BIDART CAMPOS, Gérman. Teoria General de los Derechos Humanos. Buenos Aires: Ed. Astrea, 1991.

BINENBOJM, Gustavo (Ed.). “Direitos Fundamentais”. Revista da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro. v. XII. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Fundamentos Jurídicos e Instrumentos Básicos. São Paulo: Saraiva, 1991.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Golçalves. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 1995.

QUEIROZ, Cristina M. M. Direitos Fundamentais. Parte Geral. Coimbra: Coimbra Ed., 2002.

SIQUEIRA CASTRO, Carlos Roberto. A Constituição Aberta e os Direitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

LIBRAS: 30 horas/aula

Ementa: Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Conceituação e Fundamentos históricos da educação inclusiva de surdos. Legislação Específica. Aspectos Linguísticos da LIBRA; Práticas e Técnicas de LIBRAS Básica e desenvolvimento da expressão visual-espacial.

Bibliografia básica:

- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.
- CESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais. Brasília: MEC/SEESP, 1998.
- PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras I. (DVD) LSBVÍdeo: Rio de Janeiro, 2006.
- QUADROS, Ronice Müller de. O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Linguísticos: a língua de sinais brasileira. Editora ArrMed:Porto Alegre, 2004.

FENÔMENOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: 30 horas/aula

Ementa: Fenômenos sociais contemporâneos (pobreza, exclusão e discriminação de grupos sociais, violência) e políticas públicas de proteção e de redução de desigualdades sociais. . Panorama das principais questões sociais na América Latina. Análise social. Incidência de inequidades sociais no Brasil sobre grupos específicos em função de sua etnia ou raça, do gênero, de ciclos de vida ou de regiões em que vivem. Sistemas de proteção social. Políticas públicas recentes de proteção e de promoção social no Brasil para reduzir iniquidades e violação de direitos em relação às crianças e aos jovens, aos afrodescendentes, às mulheres, em especial os oriundos dos segmentos sociais mais pobres. Constrangimentos e desafios para a formulação e gestão de políticas. Desenvolvimento de capacidades de intervenções no campo da ação governamental.

Bibliografia básica:

- KLIKSBERG, Bernardo. Como enfrentar a pobreza e a desigualdade? Uma perspectiva internacional. SP: Ed. Perseu Abramo, 2014. Disponível em www.fpabramo.org.br
- FONSECA, A. e FAGNANI, E. (org) Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. Vol. 2. SP: Ed. Perseu Abramo, 2013. Disponível em www.fabramo.org.br/forum2013
- CECCHINI, Simone; FILGUEIRA, Fernando; ROBLES, Claudia. Sistemas de protección social en America Latina y el Caribe. Una perspectiva comparada. CEPAL. Serie Políticas Sociales 202 (junio 2014). Disponível em www.cepal.org/publicaciones
- CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago e COSTA, Patrícia (orgs). O Brasil sem Miséria. Brasília: Brasil, Ministério de Desenvolvimento Social, 2014. Disponível no site do MDS
- JACCOUD, Luciana. Igualdade e equidade na agenda de proteção social. In FONSECA E FAGNANI, op.cit, 281-307

CEPAL. El enfrentamiento de la violencia contra las mujeres en America Latina y el Caribe. Informe anual 2013-4. (LC/G 2626). Santiago de Chile, 2014. Disponível em repositorio.cepal.org/bitstream/handle

DEDECCA, Caludio S. A redução da desigualdade e seus desafios. Texto para discussão 2031. Brasília: IPEA, janeiro 2015. Disponível no site do IPEA

CORSEUIL, C.H. E BOTELHO, R.J. Desafios na trajetória profissional dos jovens brasileiros. Brasília: IPEA, 2014.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres- 2013-2015

MATIJASCIC, Milko e SILVA, Tatiana Dias (ed) Situação social da população negra por estado. IPEA e SEPPPIR. Brasília: IPEA, 2014. Disponível no site do IPEA.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: 30 horas/aula

Ementa: Democracia e inclusão política: formas de representação, participação, deliberação. A noção de participação social, dimensões e os “lugares” da participação. Participação e sociedade civil: associações, movimentos sociais, redes societárias e outras formas de organização e mobilização. Participação e instituições participativas. Participação no contexto brasileiro das últimas décadas: atores coletivos e marcos institucionais de participação nas políticas e gestão pública. Novas instituições participativas pós-88, alcances e limites: conselhos, conferências, orçamentos participativos, participação nos planos locais, outros arranjos.

Bibliografia Básica:

PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.1-34 Disponível em < <http://pt.slideshare.net/wagnerromao/carole-pateman-participao-e-teoria-democrtica-31917042> > Acesso em 08/01/2015

SILVA, Regina Helena Alves. Ruas e redes: dinâmicas dos protestos BR. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LOPES, José S. L.; HEREDIA, Beatriz. (org) Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação. Rio de Janeiro, 2014. Link <http://www.memov.com.br/site/images/acervo/MSEP/MSEP_Publicacao_PDF_01.pdf

FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge A. Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2007

PIRES, Roberto R. C. (org) Efetividade das Instituições Participativas no Brasil. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_dialogosdesenvol07.pdf >

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do Debate. Lua Nova, São Paulo, n.76, p. 49-86. 2009 Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf> > Acesso em 08/01/2015

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE : 30 horas/aula

Ementa: Competências dos órgãos nos diferentes entes federativos. O papel dos Estados, Setor Privado e Terceiro Setor na política sócio-ambiental. Processo decisório: normas e diretrizes; atores, governança sócio-ambiental, hierarquia das normas, o papel dos conselhos. Articulação institucional. Evolução do aparelho do Estado. Instrumentos econômicos e de comando- e-controle. Mudanças de perspectivas. Principais políticas públicas para gestão (sócio)ambiental. Visão geral dos diversos tratados internacionais e as principais reuniões e resultados. Posição do Brasil.

Bibliografia Básica:

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

LITTLE, Paul E. Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF, 2003.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 3 Ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

FERREIRA, Leila C. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOURA, Alexandrina S. Políticas Públicas e Meio Ambiente: da economia política as ações setoriais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massagana, 2010.

PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Hector. (Org.). Políticas Públicas Ambientais Latino-americanas. Brasília: FLACSO-Brasil, Editorial Abaré, 2005.

POLÍTICAS SETORIAIS: 30 horas/aula

Ementa: Conteúdo variável sobre política setorial específica.

Bibliografia básica: Definida conforme o conteúdo ofertado.

TEORIAS PSICOLÓGICAS NA GESTÃO DE PESSOAS: 30 horas/aula

Ementa: Principais teorias psicológicas sobre a natureza e o comportamento humano: comportamentalismo, gestalt, psicanálise, humanismo; elementos construtores dos modelos mentais vigentes nos séculos XIX, XX e XXI na gestão de pessoas; evolução histórica ocidental no conceito de gestão do desenvolvimento humano nas organizações; modelos mentais e práticas contemporâneas na gestão de pessoas.

Bibliografia Básica:

HANDY, Charles B. Como compreender as organizações. Tradução: Helena M^a Camacho Martins Pereira. R.J: Zahar, 1978

MENEGAN, Leticia F.; CASADO, Tânia. O contrato psicológico como ferramenta para a gestão de pessoas. Revista de Administração. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 125-135, abr-jun/2006.

RABAGLIO, Maria Odete. Seleção por competência. 2^a Ed.. São Paulo. Educator, 2001.

ROCHA-PINTO, Sandra Regina; PEREIRA, Cláudio de Souza; COUTINHO, Maria Tereza Correa; JOHANN, Silvio Luiz. Dimensões funcionais da gestão de pessoas. 9^a Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

WAGNER III, John A.; HOLLENBECK, John R. Comportamento organizacional. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo. Saraiva, 2000.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I: 30 horas/aula

Ementa: Conteúdo variável, sobre temas contemporâneos relacionados à Administração Pública.

Bibliografia Básica: Definida conforme o conteúdo ofertado.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II: 30 horas/aula

Ementa: Conteúdo variável, sobre temas contemporâneos relacionados à Administração Pública, relacionados às pesquisas desenvolvidas na Fundação João Pinheiro.

Bibliografia Básica: Definida conforme o conteúdo ofertado.

CORPO DOCENTE

Adriana Kely de Souza

Titulação: Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2007).

Experiência Acadêmica e Profissional: Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Avaliação Psicológica. Trabalha na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Vínculo com a Instituição: Docente Colaborador Interno

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2328137463815920>

Agnez Lélis Saraiva

Titulação: Mestrado em Administração Pública. Graduação em Filosofia. Especialização em História e Cultura de Minas.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente há 26 anos nos ensinos fundamental e médio. E quatro anos no ensino superior. Atualmente ocupa o cargo de Pesquisador em Ciência e Tecnologia da Escola de Governo.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6097836630485843>

Alexandre Queiroz Guimarães

Titulação: Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989), mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Politics - Political Economy - University of Sheffield (2003).

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é professor do Mestrado em Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Tem experiência nas áreas de Ciência Política e Economia, com ênfase em Economia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento econômico comparado; economia política; instituições e desenvolvimento; state capacity; políticas de emprego e renda, história econômica e desenvolvimento na América Latina. Em 2014, organizou um livro sobre as políticas para a promoção do desenvolvimento econômico em Minas Gerais. Em 2015, está passando o ano como visiting scholar na Universidade de Cambridge. (Texto informado pelo autor)

Vínculo com a Instituição: Docente Associado.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8850956320615888>

Amanda Matar de Figueiredo

Titulação: Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2014). Graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2007) e em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008).

Experiência Acadêmica e Profissional: É Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2008, tendo exercido, desde então, diversas atividades na Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais como gestora em áreas da política de segurança pública estadual. Atualmente integra a equipe do Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro, atuando no desenvolvimento de projetos nas áreas de políticas públicas e gestão em segurança pública, com especial enfoque para a articulação e atuação institucional do sistema de justiça criminal e gestão prisional. Integra também o corpo docente da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da

Fundação João Pinheiro, atuando como professora da graduação em Administração Pública e participando das atividades de pesquisa e extensão oferecidas pela unidade.

Vínculo com a Instituição: Docente Colaborador Interno

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1297194942056186>

Ana Luiza Gomes de Araújo

Titulação: Mestrado em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG, pós graduação em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica. Possui graduação em Direito pela Faculdade Milton Campos e graduação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Servidora Pública na Fundação João Pinheiro, onde exerce a gerência do Núcleo de Referência da memória do Professor Paulo Neves de Carvalho e a Coordenação do Curso de Especialização em Direito Administrativo. Tem experiência em Administração Pública e Direito, com ênfase em Direito Administrativo.

Vínculo com a Instituição: Docente Colaborador Interno

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9037686327946923>

Ana Paula Salej

Titulação: Doutorado/ Mestrado em Ciências Políticas

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1993. Atualmente é pesquisadora da Fundação João Pinheiro. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas sociais, administração pública, igualdade e gênero.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2605280249287773>

Aparecida Maciel da Silva Shikida

Titulação: Doutorado em Ciências da Informação / Mestrado em Ciências da Informação / Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora na Fundação João Pinheiro

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0025606085859992>

Bernardo Novais da Mata Machado

Titulação: Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1985, graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1976) , especialização em Gestão Cultural e Cooperação Cultural Iberoamericana pela Universidad de Barcelona (1998).

Vínculo com a Instituição: Atualmente é Pesquisador Pleno do Fundação João Pinheiro. Tem experiência na área de Ciência Política , com ênfase em Políticas Públicas. Atuando principalmente nos seguintes temas: Minas Gerais, sertão noroeste, história, economia, política e sociedade.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6973861146098103>

Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Titulação: Doutorado em Sociologia e Política / Graduação em Ciências Sociais

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1995; Docente no Ensino Superior desde 1995.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado
Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2084604177044476>

Carla Bronzo Ladeira Carneiro

Titulação: Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política / Graduação em Ciências Sociais pela UFMG.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora da Fundação João Pinheiro desde 1997; Docente no Ensino Superior desde 1995.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2040877413046909>

Carla Cristina Aguilar de Souza

Titulação: Doutorado em Economia / Mestrado em Economia / Graduação em Ciência Econômicas pela UFMG

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro desde 2009.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1249671272324886>

Carolina Portugal Gonçalves da Motta

Titulação: Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016), mestrado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007) e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003).

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é pesquisadora em ciência e tecnologia da Fundação João Pinheiro. Tem experiência na área de Demografia, com ênfase em Política Pública e População, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde, habitação, políticas urbanas e de saúde, desigualdades sociais, desigualdade em saúde. (Texto informado pelo autor)

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8935836985881838>

Cláudia Beatriz Machado Monteiro de Lima Nicácio

Titulação: Mestre em Psicologia Social

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1997. Pesquisadora e Coordenadora de Cursos da Escola de Governo da FJP. Tem experiência na área de Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, emprego e trabalho, gestão de pessoas e comportamento organizacional.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9936472027501720>

Cláudia Júlia Guimarães Horta

Titulação: Pós-Doutorado em Demografia pela Universidade de Oxford.

Experiência Acadêmica e Profissional: Mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduação em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho desde 2006. Pesquisadora de

Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro desde 1992. Pesquisadora pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Diretora Adjunta (janeiro de 2010 a fevereiro e 2011) e Gerente de Ensino e Pesquisa (janeiro de 2010 a julho de 2011) da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Experiência nas áreas de demografia e estatística, atuando nos seguintes temas: Indicadores sociais, fecundidade, mortalidade, migração, saúde, condições de vida e desenvolvimento humano.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0316177233279799>

Cláudio Burian Wanderley

Titulação: Doutorado em economia pela EPGE-FGV /Mestre em Economia/Graduação em Economia

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1994; Docente no Ensino Superior desde 1991.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8883271568242398>

Eduardo Cerqueira Batitucci

Titulação: Doutorado em Sociologia / Mestrado em Sociologia / Graduação em Ciências Sociais

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente no Ensino Superior desde 1992 e Pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1994.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9562452176702956>

Elisa Maria Pinto da Rocha

Titulação: Doutorado em Ciência da Informação / Graduação em Ciências Econômicas

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1989; Docente no Ensino Superior desde 1987.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0147730252141038>

Fátima Beatriz Carneiro Teixeira P. Fortes

Titulação: Doutorado em Ciência Política / Mestrado em Economia / Graduação em Economia

Experiência Acadêmica e Profissional: Experiência nas áreas de Políticas Públicas, particularmente com a política de saúde, e em Economia da Saúde, atuando, principalmente, nos seguintes temas: avaliação de programas público, gastos em saúde e indicadores de saúde. Experiência docente desde 2011. Atualmente no cargo de Pesquisadora da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8096452401595457>

Flávia de Paula Duque Brasil

Titulação: Doutorado em Sociologia pela UFMG na área de concentração participação social e políticas públicas. Mestrado em Sociologia pela UFMG, Especialista em Urbanismo pela UFMG e Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atua na Escola de Governo / Fundação João Pinheiro como pesquisadora e professora; sendo Analista de Pesquisa e Ensino integrante do docente do mestrado e também como docente dos cursos de graduação e cursos de especialização.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4666930977365902>

Frederico Poley Martins Ferreira

Titulação: Pós-Doutorado em Ciência Política / Doutorado em Demografia/ Mestrado em Planejamento Urbano

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro; Coordenador do Curso de Mestrado da FJP; experiência profissional nos níveis de governo municipal, estadual e federal, atualmente ocupa o cargo de Diretor do Centro de Estatística e Informações da FJP.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1448397981510363>

Giovanni José Caixeta

Mestrado em Administração Pública e Graduações: Administração; Ciências Contábeis - Especialização: Administração Financeira. Docente desde 1992 e Pesquisador da Fundação João Pinheiro atualmente.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5051056366267174>

Glauber Silveira

Titulação: Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa, Especialização em Economia Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador em Ciência e Tecnologia pela Fundação João Pinheiro; Professor de Microeconomia I no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, IBMEC; Professor de Matemática Financeira no Centro Universitário de Belo Horizonte, UNI-BH.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9303058581414782>

Isabella Virginia Freire Biondini

Titulação: Mestrado em Administração Pública - Gestão Econômica pela Fundação João Pinheiro, graduação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, bacharel em Direito pela UFMG, pós-graduanda em gerenciamento de projetos.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em políticas públicas e gestão governamental da Fundação João Pinheiro, coordenadora técnica da Lei Robin Hood, coordenadora executiva do Prodev/BID, atua em pesquisas da área de finanças públicas. Docente desde 1998.

Vínculo com a Instituição: Docente Colaborador Interno

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3901807608809520>

Jaime Nápoles Villela

Titulação: Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais, Bacharel em Direito e, Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Clássica de Lisboa.

Experiência Acadêmica e Profissional: Procurador do Estado de Minas Gerais desde 2003, atualmente é Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa e de Pessoal da Advocacia Geral de Minas Gerais.

Vínculo com a Instituição: Docente Colaborador Interno

Currículo: lattes.cnpq.br/7789533222493903

João Batista Rezende

Titulação: Doutor em Administração (UFLA); Mestre em Economia Rural (UFV); graduado em Ciências Econômicas (UFSJ).

Experiência Acadêmica e Profissional: Professor convidado no curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras 2013/2014. Professor da Escola de Governo Prof. Paula Neves de Carvalho, da FJP nos curso de pós-graduação *lato sensu* e graduação no curso de Administração Pública. Pesquisador da Fundação João Pinheiro, atualmente lotado no Centro de Estudos em Políticas Públicas (CEPP), desde 1982.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/932144923357808>

Josiane Vidal Vimieiro

Titulação: Mestrado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2016), Especialização em Gestão estratégica pela Fundação João Pinheiro (2012), graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2008) e em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais(2009).

Experiência Acadêmica e Profissional: Tem experiência na área de Administração.

Vínculo com a Instituição: Docente Colaborador Interno

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2477058687416326>

Juliana Lucena Ruas Riani

Titulação: Doutorado e Mestrado em Demografia/ Graduação em Ciências Econômicas.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1994. Atualmente é Pesquisadora em Ciência e Tecnologia Nível IV da Fundação João Pinheiro.

Tem experiência na área de Demografia, com ênfase em Demografia da Educação.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9989788828773610>

Kamila Pagel de Oliveira

Titulação: Doutora em Administração pela UFMG, linha de pesquisa de Estudos Organizacionais e Sociedade (UFMG), Mestre em Administração (UFMG), Graduada em Administração Pública (FJP).

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2007. Sub-coordenadora do Curso de Graduação em Administração Pública e Coordenadora de Estágios e ACG desde 2010. Professora universitária desde 2009 na Escola de Governo e em outras instituições particulares. Área de interesse: Gestão de Pessoas, Gestão de Projetos e Administração Pública.

Vínculo com a Instituição: Docente Colaborador Interno
Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3216062751491834>

Karina Rabelo Leite Marinho

Titulação: Doutorado em Sociologia / Mestrado em Sociologia / Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Professora de Avaliação de Políticas Sociais na Fundação João Pinheiro desde 2012. Experiência em pesquisas de Demografia, dados populacionais, políticas públicas, políticas sociais, segurança pública produzidas pelo Centro de Estatística e Informação da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9188261003903587>

Leonardo Barbosa de Moraes

Titulação: Doutorado/ Mestrado em Ciências da Informação

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1984. Atualmente é Pesquisador em Ciência e Tecnologia do Centro de Estatísticas e Informações da Fundação João Pinheiro. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Gestão da Informação e do Conhecimento.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8624225932514375>

Leonardo Carvalho Ladeira

Titulação: Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Graduação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil.

Experiência Acadêmica e Profissional: Professor de Estado e Administração Pública no Centro Universitário de Belo Horizonte, UNI-BH, Brasil. Especialista em Políticas Públicas Gestão Governamental no Governo do Estado de Minas Gerais.

Vínculo com a Instituição: Docente Colaborador Interno

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0018931057345235>

Luis Felipe Zilli do Nascimento

Titulação: Doutorado e Mestrado em Sociologia e graduação em Comunicação Social, com habilitação em jornalismo.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro (FJP/MG). Dentro da instituição, é vinculado ao Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP) e ao Núcleo de Estudos em Segurança Pública (NESP). Entre 2005 e 2012 foi pesquisador e coordenador de pesquisas do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG). Entre 2013 e 2015, foi pesquisador associado ao Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ). Tem experiência em pesquisas na área da Sociologia Urbana e Sociologia do Crime, com ênfase nos seguintes campos temáticos: (1) Gestão Urbana e Criminalidade; (2) Políticas, Programas e Projetos de Segurança Pública; (3) Violência e Criminalidade Urbana; (4) Delinquência Juvenil, Gangues, Grupos Armados e Processos de Estruturação de Atividades Criminosas; (5) Sistema de Justiça Criminal.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5043394873182841>

Marcos Arcanjo de Assis

Titulação: Mestrado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro; Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador em Ciência e Tecnologia pela Fundação João Pinheiro. Professor de Sociologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais de 2012 a 2014.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1802441347513803>

Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz

Titulação: Doutor em Administração pela UFMG

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1993 e atua como Pesquisador da Fundação João Pinheiro sendo professor no Curso de Mestrado em Administração Pública e Curso Superior de Administração Pública. Membro do Núcleo de Estudos em Segurança Pública (NESP) da Fundação João Pinheiro e Professor de diversos cursos de pós-graduação tendo experiência na área de Administração, com ênfase em Política e Planejamento Governamentais e Gestão de Organizações Complexas.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3678172153181366>

Maria Isabel Araújo Rodrigues

Titulação: Mestre em Administração Pública / Especialista em Auditoria e Controle externo / Graduação em Administração Pública e Direito.

Experiência Acadêmica e Profissional: Servidora da Fundação João Pinheiro desde 2005; Docente no Ensino Superior desde 2006 e 07 anos de experiência fora do magistério.

Forma de Contratação: Efetivo, Tempo Integral.

Vínculo com a Instituição: Docente Colaborador Interno

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5334432281936225>

Mauro César da Silveira

Titulação: Doutorado em Administração de Empresas (UFMG)/ Mestrado em Engenharia de Produção (UFMG)/ Graduação em Administração de Empresas e Direito/ Pós-graduação em Gestão de Projetos/ Pós-graduação em Gestão Empresarial

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental nível III na SEPLAG desde janeiro de 2006. Docente no Ensino Superior desde 2002 e docente na Escola de Governo desde 2004

Vínculo com a Instituição: Docente Colaborador Interno

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5117682231041638>

Max Melquiades da Silva

Titulação: Mestrado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro; Especialização em andamento em Pós-Graduação em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais; Graduação em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador em Ciência e tecnologia na Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5624247693651969>

Raimundo de Sousa Leal Filho

Titulação: Doutorado em Economia do CEDEPLAR/UFMG. Mestrado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1994 e atualmente ocupa o cargo de Pesquisador em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4176384445275118>

Raquel de Matos Viana

Titulação: Doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Experiência Acadêmica e Profissional: Analista de Pesquisa e Ensino I na Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Colaborador Interno

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3240306219098942>

Reinaldo Carvalho de Moraes

Titulação: Mestrado em Administração Pública com Área de Concentração: Gestão Econômica pela Fundação João Pinheiro e Graduado em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais e Administração pela Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Fundação João Pinheiro onde trabalha com pesquisas sobre Finanças Públicas e Economia Mineira.

Vínculo com a Instituição: Docente Colaborador Interno

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1205599866885208>

Renato Somberg Pfeffer

Titulação: Doutorado no programa interdisciplinar Filosofia, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Complutense de Madrid (2006), graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (1985), graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (1987), pós graduação em História do Brasil pela Pucminas (1988), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993).

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é professor adjunto da Faculdade IBMEC-MG e da Funcesi-Itabira além de pesquisador da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais. Tem experiência acadêmica nas seguintes disciplinas: Sociologia, Sociologia das Organizações, Teoria das Organizações, Teoria da Comunicação, História Geral Brasil, História Econômica do Brasil, Metodologia, Teoria Política, Filosofia.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: lattes.cnpq.br/7789533222493903

Ricardo Carneiro

Titulação: Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia e Política / Mestrado em Economia / Graduação em Matemática

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1979; Docente no Ensino Superior desde 1985.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6739881018308220>

Sérgio Luis Félix da Silva

Titulação: Mestre em Administração Pública com concentração em Gestão de Políticas Sociais (EG/FJP, 2009) e

Graduado em Ciências Sociais, (UFMG, 1992), especialista em Ciência Política com concentração em Teoria Política (UFMG, 2001)

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é Técnico em Atividade de Ciência Tecnologia da Fundação João Pinheiro. Tem experiência no levantamento, sistematização e análise de dados nas áreas de justiça e segurança pública e na coordenação de cursos (aperfeiçoamento e especialização). (Texto informado pelo autor)

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: lattes.cnpq.br/7789533222493903

Sílvio Ferreira Júnior

Titulação: Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa e Graduado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa; Mestrado e.

Experiência Acadêmica e Profissional: É pesquisador em ciência e tecnologia da FJP, executando projetos de pesquisa nas áreas "economia da saúde" e "finanças públicas". É professor da disciplina de "Microeconomia" no Curso de Graduação em Administração Pública e professor das disciplinas "Métodos Quantitativos" e "Introdução à Economia" no Programa de Mestrado em Administração Pública da EG/FJP. Docente desde 2010.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: lattes.cnpq.br/7789533222493903

Simone Cristina Dufloth

Titulação: Doutorado em Ciência da Informação – Informação Gerencial e Tecnológica / Mestrado em Ciências e Técnicas Nucleares/ Graduação em Administração de Empresas e em Engenharia Eletrônica.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora da Fundação João Pinheiro desde 1994; Docente no Ensino Superior desde 1992.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6166815079725368>

Thais Mara Alexandrino

Titulação: Doutoranda em Direito e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Coimbra, UC, Portugal. Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.

Experiência Acadêmica e Profissional: Assessora da Diretoria de Previdência do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, IPSEMG, desde 2002.

Vínculo com a Instituição: Docente Associado

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1535231714675774>

BIBLIOTECA MARIA HELENA DE ANDRADE

Subordinada à Presidência da Fundação João Pinheiro, a Biblioteca Prof.^a Maria Helena de Andrade organiza, supervisiona e controla a atividade de coleta, análise, processamento, armazenamento e disseminação de documentos e informações de interesse de seus usuários, os pesquisadores, funcionários, alunos e professores da casa, prestando atendimento também a pesquisadores de outras instituições.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

O horário de atendimento da Biblioteca Prof.^a Maria Helena de Andrade é de segunda à sexta-feira de 08h30 às 18h00.

USUÁRIOS

Os usuários têm livre o acesso à biblioteca, sendo permitida a consulta às bases de dados e ao acervo. Quanto ao empréstimo domiciliar é permitido somente aos:

- funcionários em atividade na Fundação João Pinheiro (mediante a apresentação da carteira funcional);
- professores e consultores (mediante apresentação de declaração do coordenador do curso ou do projeto);
- alunos devidamente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da Fundação João Pinheiro (mediante listagem fornecida pela secretaria da Escola de Governo);
- alunos e funcionários de outras instituições, por meio do Serviço de Empréstimo entre Bibliotecas.

Tabela 02 – USUÁRIOS INSCRITOS NA BIBLIOTECA EM 2016

TIPO DE USUÁRIO	NÚMERO DE USUÁRIOS INSCRITOS ATÉ MAIO/2016
Alunos de Curso	5.625
Funcionários Fundação	573
Prestador de Serviço	373
Bibliotecas/Instituições	183
Professores	91
Consultor	52
Asprom	10
Total	6.907

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

SERVIÇOS

A Biblioteca Prof.^a Maria Helena de Andrade oferece os seguintes serviços:

- Referência: atendimento e orientação quanto ao uso da Biblioteca, obras de referência, localização e obtenção de material;
- Empréstimo: domiciliar, no recinto e entre bibliotecas;
- Pesquisa bibliográfica: levantamentos bibliográficos nas bases de dados locais, em CDs e via Internet;
- Comutação Bibliográfica: fornecimento de cópias de artigos científicos por meio do Serviço de Comutação Bibliográfica do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – Comut;
- Treinamento de Usuários: treinamento informal, individual ou em grupos, sobre o uso da Biblioteca e das bases de dados locais;
- Alerta de periódicos e de novas publicações incorporadas ao acervo;
- Consultas ao catálogo online: dá acesso ao catálogo por meio da internet e rede local.
- Normalização: orientação aos usuários quanto à apresentação dos trabalhos acadêmicos e relatórios técnico científicos.

Por meio de um convênio firmado com o IBICT, a Biblioteca participa do projeto de Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações o qual integra em um só portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país, assim como disponibilizar em todo o mundo, via Internet, o catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral para consulta ou download. Formulário de liberação de dissertações, monografias, relatórios de pesquisa e teses.

QUADRO DE PESSOAL

O quadro de pessoal da Biblioteca é composto pelos seguintes profissionais:

Tabela 03 – FUNCIONÁRIOS DA BIBLIOTECA EM 2016

PESSOAL	tempo integral (40 horas)	de 20 a 39 horas	menos de 20 horas	TOTAL
Bibliotecários	10	0	0	8
Assistentes de bibliotecários	9	0	0	7
Pessoal técnico e de apoio	0	6	0	3

(exceto vigilância e limpeza)				
Total	19	6	0	25

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

EQUIPAMENTOS

A Biblioteca Prof.^a Maria Helena de Andrade conta com os seguintes equipamentos:

Tabela 04 – EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA BIBLIOTECA EM 2016

SETOR	EQUIPAMENTOS/COMPUTADORES
Gerência	5
Processamento técnico	6
Referência	11
Editoração	3
Arquivo	4
Biblioteca Digital	7
Total	36

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

ESTATÍSTICAS

As informações que seguem são referentes às atividades da Biblioteca, sendo geradas pelo software InfoIsis que gerencia todos os trabalhos.

Tabela 05 – LIVROS INSERIDOS NO ACERVO DA BIBLIOTECA
POR ÁREA DE CONHECIMENTO – jan/2013 a mai/2016

ÁREA DO CONHECIMENTO	QUANTIDADE	
	MATERIAIS	EXEMPLARES
Ciências Agrárias	9	9
Ciências Biológicas	2	2
Ciências Saúde	21	71
Ciências Exatas e da Terra	76	183
Ciências Humanas	412	832
Ciências Sociais Aplicadas	1177	3317
Engenharia/Tecnologia	52	111
Línguas	67	81
Sem classificação	422	1252
Total	2238	5858

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

Tabela 06 – COMPOSIÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA
POR ÁREA DE CONHECIMENTO – 1970 A 2016

ÁREA DO CONHECIMENTO	QUANTIDADE	
	MATERIAIS	EXEMPLARES
Ciências Agrárias	411	529

Ciências Biológicas	32	38
Ciências Saúde	347	843
Ciências Exatas e da Terra	1114	1850
Ciências Humanas	3966	9646
Ciências Sociais Aplicadas	13365	35110
Engenharia/Tecnologia	1454	2237
Línguas	2653	4985
Sem classificação	3757	7271
Total	27099	62509

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

INFRA-ESTRUTURA DA ESCOLA DE GOVERNO

A Fundação João Pinheiro (FJP) está situada na Alameda das Acácias nº 70, no Bairro São Luis – Pampulha, Belo Horizonte - MG.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, compõe a estrutura formal da FJP motivo pelo qual executa suas atividades no espaço físico da Fundação João Pinheiro. A estrutura física da Escola de Governo encontra-se resumida abaixo:

- 12 salas de aula
- 1 auditório para 60 lugares
- 1 auditório para 168 lugares
- 2 laboratórios de informática (aulas e estudo)
- sala de reunião
- salas de trabalho para professores
- salas de trabalho para pesquisadores
- salas de trabalho para apoio administrativo
- restaurante
- posto de atendimento do Banco Nossacoop
- caixa Eletrônico do Banco Itaú e do Banco do Brasil
- biblioteca ligada a sistemas que permitem a sua integração com todas as universidades do Brasil
- sala do Diretório Acadêmico
- sala da João Pinheiro Jr.

A Escola de Governo, por ser uma Diretoria da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, utiliza-se de sua infra-estrutura, na qual se destacam 2 (dois) auditórios, especificados abaixo, 1 (uma) biblioteca que oferece acervo diversificado de livros periódicos e outras publicações relevantes da administração pública, 1 (um) ponto de serviço de reprografia e 1 (um) restaurante/lanchonete com capacidade para, aproximadamente, 150 (cento e cinquenta) pessoas.

Tabela 07 – CAPACIDADE E RECURSOS DOS AUDITÓRIOS
DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

AUDITÓRIO	CAPACIDADE	RECURSOS
Jussara Seixas	60 pessoas	notebook, projetor multimídia, ar condicionado.
Auditório Principal	168 pessoas	cabine de controle de automação, computador, projetor multimídia, sistemas de áudio e iluminação, microfones de mesa e sem fio, ar condicionado, elevador para deficientes.

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Em sua infra-estrutura, a Escola de Governo possui 12 instalações sanitárias e 12 salas de aula com capacidade de atender 435 alunos, equipadas com telas de projeção e quadros brancos e com recursos instrucionais, conforme especificado abaixo:

Tabela 08 – QUANTIDADE E CAPACIDADE DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
NA UNIDADE DA PAMPULHA

INSTALAÇÕES	QUANTIDADE	CAPACIDADE
Banheiro Feminino	4	6
Banheiro Masculino	4	9
Banheiro Feminino para deficientes	2	2
Banheiro Masculino para deficientes	2	2
Total	12	19

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Tabela 09 – CAPACIDADE E ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS
DISPONÍVEIS
NAS SALAS DE AULA NA UNIDADE DA PAMPULHA

SALA	CAPACIDADE	PROJETOR	COMPUTADOR
12-B	20 alunos	Hitachi	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD
109-B	35 alunos	Mitsubishi	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD
110-B	42 alunos	Epson	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD
118-B	42 alunos	Mitsubishi	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD
120-B	44 alunos	Hitachi	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD
126-B	42 alunos	Hitachi	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD
204-C	35 alunos	Hitachi	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD
205-C	50 alunos	Hitachi	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD
213-C	32 alunos	Epson	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM,

			160 GB de HD
214-C	32 alunos	Hitachi	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD
216-C	25 alunos	Epson	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD
219-C	32 alunos	Hitachi	Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

A Escola de Governo além dos recursos instalados nas salas de aulas conta ainda com 03 (três) projetores multimídia, 1 (um) notebook, 1 (um) netbook, 01 (um) televisor, 2 (dois) DVDs, 2(dois) retroprojetores, 5 (cinco) flip charts que são disponibilizados em salas de aula quando necessário.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho conta ainda com a unidade da Avenida Brasil, cuja estrutura física encontra-se resumida abaixo:

- 08 salas de aula com capacidade para 35 alunos
- um auditório de 200 lugares, com cabine de controle de automação, computador, projetor multimídia, sistemas de áudio e iluminação, microfones de mesa e sem fio, ar condicionado, elevador para deficientes
- salas de trabalho para professores
- salas de trabalho para pesquisadores
- salas de trabalho para apoio administrativo

Destaca-se ainda, com relação à infra-estrutura física da Escola de Governo, salas de trabalho dotadas de recursos computacionais e que são ocupadas por servidores que atuam como docentes, pesquisadores, técnicos, administrativos e estagiários.

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

A estrutura de equipamentos dos laboratórios de informática da Escola de Governo se resume:

Tabela 10 – ESTRUTURA DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DA UNIDADE PAMPULHA

LABORATÓRIOS	ÁREA FÍSICA	EQUIPAMENTOS		ORGANIZAÇÃO DAS AULAS
		QUANTIDADE	QUALIDADE	

Laboratório de Informática Aulas (sala 01-A)	109m ²	30	AMD Athlon 64 3500+, 2.19 GHZ, 512Mb Ram, 80 Gb de HD	Agendadas previamente pelas coordenações de cursos.
Laboratório de Informática Estudo (sala 107-B)	44m ²	17	15 AMD Athlon 2600+, 1. 512MB, 40GB, tela CRT 17"; 1 Pentium 4 1,5Ghz, 256MB, 40GB, tela CRT 17"; 1 AMD Sempron 2600+, 512MB, 80GB, tela CRT 17".	Utilizados com fins acadêmicos pelos alunos.

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo

INFRA-ESTRUTURA COMPUTACIONAL

Quanto à infra-instrutora computacional, a Escola de Governo possui estrutura que atende o corpo docente, pesquisadores e equipe administrativa. Todos os microcomputadores têm acesso a rede no servidor Linux e Active Directory disponibilizada pela Fundação João Pinheiro com link de 10MB, conforme relacionado abaixo:

Tabela 11 – ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DE MICROCOMPUTADORES EXISTENTES NA ESCOLA DE GOVERNO DA UNIDADE PAMPULHA

PROCESSADOR	RAM	HD	QUANTIDADE
AMD Athlon 64x2 2,8GHz	2GB	250GB	3
AMD Athlon 64x2 2,09GHz	1GB	80GB	9
AMD Athlon 64 3500+, 2.19 GHZ	512MB	80GB	11
Athlon X2 - HP LE1901W	2GB	250GB	26
E220 INTEL DUO CORE	1GB	160GB	13
INTEL Dual Core 1,6Ghz	1GB	160GB	3
Pentium 4 3.00Ghz	512MB	80GB	2
TOTAL			67

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo

Tabela 12 – ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DE IMPRESSORAS EXISTENTES NA ESCOLA DE GOVERNO DA UNIDADE PAMPULHA

MARCA	MODELO	SERVIÇO	QUANTIDADE
HP	Deskjet 3845	Local	1
	Deskjet 5650	Local	1
	Deskjet 6940	Local	1
	Laserjet 6P	Local	1

	PSC 1350	Local	1
Lexmark	E360dn	Rede	1
	T644	Rede	1
	X264dn	Rede	3
	E332	Rede	1
Xerox	Phaser 6010N	Rede	3
TOTAL			14

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo

ACESSO A INTERNET

Todos os microcomputadores da Escola de Governo estão conectados na rede da Fundação João Pinheiro com link de 10MB via operadora OI.

SOFTWARES LICENCIADOS

Todos os microcomputadores da Escola de Governo, bem como os da Fundação João Pinheiro, possuem licenças do Windows XP Professional, Antivirus, Office 2003, Acrobat. Ainda conta com 20 licenças do SPSS.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores de gestão fixados para avaliação do programa de graduação pelo MEC, tais como relação candidato/vaga, número de alunos formados/ano, índice médio de evasão admitido, composição e regime de trabalho do corpo docente e outros, possibilitam a compreensão da realidade da instituição, o que por sua vez pode determinar ações para melhoria em suas unidades e inovações nos processos administrativos e educacionais, assegurando a manutenção dos padrões de qualidade estabelecidos.

Tabela 13 – QUANTITATIVO DE ALUNOS DO CSAP

Ano de ingresso	Alunos ingressantes	Alunos Formandos	Alunos matriculados em 2017	Evasão escolar (%)	Ano de formatura (previsão)
1987	40	16	-	60,0%	1992
Fev/1994	40	30	-	25,0%	1997
Out/ 1994	40	30	-	25,0%	1998
1995	40	31	-	22,5%	1998
1996	40	37	-	7,5%	1999
1997	40	34	-	15,0%	2000
1998	40	32	-	20,0%	2001
1999	40	33	-	17,5%	2002
2000	40	35	-	12,5%	2003
2001	40	34	-	15,0%	2004
2002	40	37	-	7,5%	2005
2003	40	34	-	15,0%	2006
1º Sem. 2004	40	33	-	17,5%	2º/2007
2º Sem. 2004	40	37	-	7,5%	1º/2008
1º Sem 2005	40	36	-	10,0%	2º/2008
2º Sem. 2005	40	34	-	15,0%	1º/2009
1º Sem. 2006	40	34	-	15,0%	2º/2009
2º Sem. 2006	40	26	-	35,0%	1º/2010
1º Sem 2007	40	34	-	15,0%	2º/2010
2º Sem 2007	40	37	-	7,5%	1º/2011
1º Sem 2008	40	34	-	15,0%	2º/2011
2º Sem 2008	40	31	-	22,5%	1º/2012
1º Sem 2009	40	26	-	35,0%	2º/2012
2º Sem 2009	40	30	-	25,0%	1º/2013
1º Sem 2010	40	35	-	12,5%	2º/2013
2º Sem 2010	40	33	-	17,5%	1º/2014
1º Sem 2011	40	36	-	10,0%	2º/2014
2º Sem 2011	40	37	-	7,5%	1º/2015
1º Sem 2012	40	32	-	20,0%	2º/2015
2º Sem 2012	40	32	-	20,0%	1º/2016
1º Sem 2013	40	36	-	10,0%	2º/2016
2º Sem 2013	40	-	38		1º/2017

1º Sem 2014	40	-	38	2º/2017
2º Sem 2014	40	-	39	1º/2018
1º Sem 2015	40	-	40	2º/2018
2º Sem 2015	40	-	37	1º/2019
1º Sem 2016	40	-	39	2º/2019
2º Sem 2016	40	-	40	1º/2020
1º Sem 2017	40	-	40	2º/2020

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 14 – EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGA NO CONCURSO PÚBLICO EPPGG (ingresso CSAP)

ANO DE INGRESSO NO CSAP	QUANTIDADE DE CANDIDATOS INSCRITOS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
1994/1º	1794	44,9
1994/2º	527	13,2
1995	901	22,5
1996	747	18,7
1997	698	17,5
1998	844	21,1
1999	1004	25,1
2000	648	16,2
2001	952	23,8
2002	1485	37,1
2003	1290	32,3
2004/1º	1433	35,8
2004/2º	803	20,1
2005	1091	13,6
2006	1257	15,7
2007	1376	17,2
2008	1048	13,1
2009	1.560	19,5
2010	1.152	19,2
2011	1.296	16,2
2012	1.040	13,0
2013	1.338	16,7
2014	1304	16,3
2015	931	11,6
2016	2.320	29,0
2017	6.444	161,1

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 15 – COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CSAP

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	%
Doutor	36	57,14
Mestre	26	41,27
Especialista	1	1,59

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 16 – REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CSAP

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	%
Dedicação Exclusiva / Efetivo	54	85,71
Horista / Contrato Administrativo	09	14,29

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 17 – AVALIAÇÃO DO CSAP PELO GUIA DO ESTUDANTE

ANO DE AVALIAÇÃO	CONCEITO
2007	4 ESTRELAS
2008	5 ESTRELAS
2009	5 ESTRELAS
2010	4 ESTRELAS
2011	4 ESTRELAS
2012	4 ESTRELAS
2013	4 ESTRELAS
2014	5 ESTRELAS
2015	5 ESTRELAS
2016	5 ESTRELAS

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 18 – CSAP NO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE)

ANO DO ENADE	NOTA	CONCEITO
2006	1º lugar (Cursos de Administração)	5
2009	12º lugar (Cursos de Administração)	5
2012	3º lugar (Cursos de Administração) e 7º lugar (Cursos de Ciências Sociais Aplicadas)	5
2015	1º lugar (Cursos de Administração Pública)	5

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 19 – CSAP NO ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC)

ANO DE AVALIAÇÃO DO IGC	NOTA
2008	5
2009	5
2010	5
2011	5
2012	4
2013	5
2014	4
2015	4

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Para a consolidação de toda IES no cenário e no contexto da educação superior, o que inclui a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, e para que a educação cresça com equilíbrio, tenha continuidade e perenidade e possa desempenhar o papel importante que lhe está sendo atribuído no desenvolvimento cultural, social, econômico e científico do país, é importante sim que haja uma regulação e uma avaliação do sistema como um todo. Esta regulação acaba por exigir de cada IES o alcance e a manutenção de níveis de qualidade, precisando estar preparada, ter uma visão de gestão atualizada, articular qualidade e sustentabilidade e estar estrategicamente bem definida, com objetivos e metas bem posicionadas, conectadas com o mundo global e em contato com experiências e boas práticas.